

Relatório e Contas Consolidadas

1º Semestre
2010



1. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom.....	2
2. Resultados Consolidados.....	3
3. Telecomunicações.....	5
3.1. Negócio Móvel.....	5
3.1.1. Indicadores Operacionais.....	5
3.1.2. Indicadores Financeiros.....	6
3.2. Negócio Fixo.....	7
3.2.1. Indicadores Operacionais.....	7
3.2.2. Indicadores Financeiros.....	8
4. Software e Sistemas de Informação (SSI).....	9
4.1. Indicadores Operacionais.....	9
4.2. Indicadores Financeiros.....	10
5. <i>Online e Media</i>	11
6. Resultados Individuais da Sonaecom, SGPS.....	12
6.1. Dados Operacionais.....	12
6.2. Dados Financeiros.....	13
7. Principais Desenvolvimentos Regulatórios.....	15
8. Governo da Sociedade.....	16
9. Apresentação de Resultados IS10 - Anexo.....	17
9.1. Demonstração de Resultados Consolidados.....	17
9.2. Balanço Consolidado.....	18
9.3. FCF.....	19
9.4. Colaboradores.....	19
9.5. <i>Online e Media</i>	20
10. Artigos 447, 448 e Participações Qualificadas.....	21
11. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM.....	25
12. Informação Financeira.....	26
12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS.....	27
12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	34
12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS.....	79
12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.....	86
13. Relatório de Revisão Limitada.....	121

Nota:

Estas demonstrações financeiras consolidadas, a 30 de Junho de 2010, estão sujeitas a revisão limitada e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

EBITDA Consolidado em crescimento a atingir os €99,5m, +8,8% acima do 1S09
Resultado Líquido de €19,6m no 1S10, um aumento de mais de €18m face ao 1S09
FCF Consolidado de €5,6m, uma melhoria de €23,2m versus 1S09
Base de Subscritores do Móvel a alcançar 3,47 milhões clientes, +6,1% face ao 1S09
Receitas de Clientes no Móvel a crescer positivamente, +1,1% acima do 1S09
Receitas de Dados a representar 30,2% das Receitas de Serviços no Móvel, +2,4pp versus 2T10
SSI a aumentar as Receitas de Serviços, assegurando uma melhoria da margem EBITDA em 1,1pp

1. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

A Sonaecom encerrou o primeiro semestre de 2010 com um conjunto sólido de resultados operacionais e financeiros, reforçando a tendência positiva verificada nos últimos trimestres.

Os ganhos de eficiência alcançados ao nível da nossa estrutura de custos permitiram-nos manter o crescimento do EBITDA Consolidado, apesar do declínio das tarifas de terminação móvel, na Optimus, e da quebra nas Vendas de Equipamento, na sequência da desaceleração do programa e-Iniciativas, na SSI. A implementação do nosso plano de investimento, desenhado no sentido de responder às necessidades crescentes de capacidade, a custos otimizados, na nossa rede de última geração, tem também permitido diminuir os Custos Operacionais. O melhor desempenho em termos de EBITDA, aliado ao menor nível de Depreciações e Amortizações, permitiram-nos obter um Resultado Líquido de 19,6 milhões de euros, um crescimento notório face ao primeiro semestre de 2009.

Forte crescimento nos Dados e aumento da rentabilidade

Na Optimus, as Receitas de Dados representaram 29,9% das Receitas de Serviços, um aumento de 2,3pp face ao 1S09, impulsionadas, não só, pela oferta Kanguru mas também pela gama de *smartphones*, especialmente concebida para o mercado residencial. O lançamento do Optimus Boston, o primeiro Android de marca própria, foi mais um passo no sentido de estender a experiência global de comunicações móveis a uma audiência cada vez mais vasta.

No segmento Corporate e PME, a Optimus – um operador integrado e convergente – está claramente posicionada para responder às necessidades do mercado que valoriza de forma crescente a integração fixo/móvel e as soluções convergentes. Em resultado da agressiva dinâmica competitiva do mercado, o segmento Residencial Fixo tem-se revelado pouco atractivo. Contudo, mantendo uma exposição reduzida neste segmento, pretendemos consolidar as parcerias para as redes de nova geração, de acordo com a nossa estratégia “capital light”.

A transformação em curso do modelo operacional da Optimus tem-nos permitido gerar ganhos de eficiência, o que se traduziu, neste semestre, num crescimento de 6,1% do EBITDA do negócio Móvel, para €94,4m, com a margem de EBITDA a alcançar os 32,8%, 2,8pp acima do 1S09.

Em termos regulatórios, o ICP-ANACOM publicou a decisão final relativa às tarifas de terminação móvel, que entrou em vigor a 24 de Maio de 2010, e prevê uma redução trimestral, até Agosto de 2011, perfazendo uma queda total de 46%. Apesar desta medida estar aquém do que consideramos necessário, é importante referir que irá contribuir de forma positiva para a rentabilidade da Optimus.

No prosseguimento do seu objectivo de ser o melhor operador de telecomunicações em Portugal, a Optimus foi reconhecida pelo ICP-ANACOM, em Abril de 2010, como sendo o melhor operador global em termos de vídeo chamadas, salientando-se, assim, a qualidade da sua rede de 3ª geração, tendo sido também distinguida pela APCC (Associação Portuguesa de Contact Centers), em Junho de 2010, como tendo o melhor *contact centre*, não só do sector mas também de Portugal.

Crescimento internacional na SSI

Tal como nos trimestres anteriores, a SSI deu continuidade à execução da sua estratégia de crescimento. A WeDo Technologies, a actuar no sentido de reforçar a sua liderança no mercado de Revenue Assurance, agora reconhecida pela Stratecast, com uma quota de 25%, continua a alargar a sua actividade ao desenvolvimento de soluções de gestão de fraude e à exploração de novos sectores. No primeiro semestre de 2010, as Receitas de Serviços da SSI aumentaram 5,5% face ao primeiro semestre de 2009. Apesar de este aumento não compensar a redução verificada ao nível de Venda de Equipamento, o EBITDA registou um crescimento de 1,1% face ao 1S09, função do aumento de 22,4% verificado no 2T10.

As pessoas no centro do nosso sucesso

É importante realçar que, no primeiro semestre de 2010, num contexto macroeconómico adverso, a Sonaecom aumentou o emprego directo. Mais ainda, continuamos a privilegiar o reforço das competências técnicas e de gestão dos nossos recursos humanos, especialmente através do Sonaecom Learning Centre, que, através de parcerias com instituições académicas de excelência, é um veículo preferencial de disseminação da nossa cultura e valores.

As nossas vantagens competitivas reforçam a nossa confiança

Os tempos continuam desafiantes. No entanto, a nossa operação ágil, aliada à qualidade de uma equipa fortemente motivada, dá-nos a flexibilidade para ultrapassar as dificuldades que possam surgir e enfrentar o futuro com confiança. Além do mais, contamos com uma estrutura de capital confortável, fortalecida ao longo do semestre graças ao desempenho em termos de *cash flow*, cerca de 25,7 milhões de euros acima do 1S09. Como consequência directa desta performance, o rácio da Dívida Líquida sobre EBITDA atingiu 1,6x, o valor mais conservador da indústria.

Nesta fase, reforçamos a nossa convicção de que os nossos resultados irão manter um comportamento favorável ao longo de 2010.

2. Resultados Consolidados

Volume de Negócios

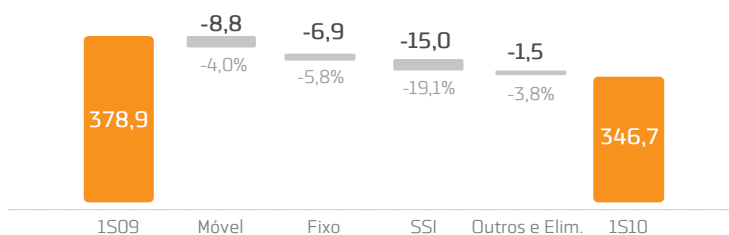
O Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 450,3 milhões de euros no 1S10, 6,5% abaixo do valor registado no 1S09, devido a uma redução de 35,5% nas Vendas de Equipamento, consequência da desaceleração do programa e-iniciativas e uma redução de 0,7% nas Receitas de Serviços, devido a descidas nas tarifas reguladas. É de realçar que as Receitas de Clientes no Móvel situaram-se 1,1% acima do nível verificado no 1S09 e as Receitas de Serviço da SSI cresceram 5,3% face ao período homólogo.



Custos Operacionais

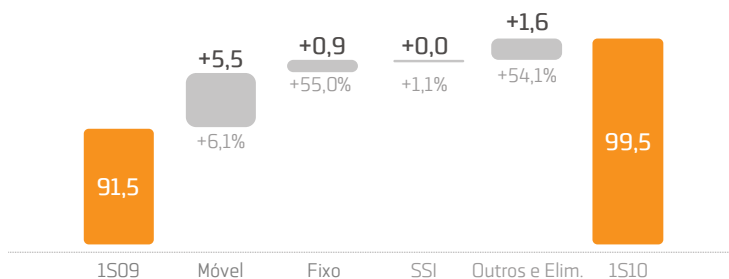
O total de Custos Operacionais diminuiu 8,5% para 346,7 milhões de euros, representando cerca de 77,0% do Volume de Negócios.

Mais uma vez, esta é uma concretização positiva resultante das nossas medidas de controlo de custos, implementadas com o objectivo de gerar eficiências em todas as nossas linhas de negócio e áreas de suporte.



EBITDA

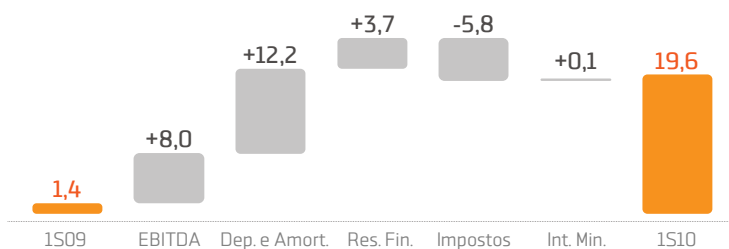
O EBITDA Consolidado aumentou, no 1S10, 8,8%, para 99,5 milhões de euros e a margem EBITDA foi de 22,1%, superior em 3,1pp à verificada no 1S09. É importante referir que o crescimento na margem EBITDA foi uma conquista transversal a todas as áreas de negócio.



Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao grupo foi positivo em 19,6 milhões de euros no 1S10, o que compara com um resultado positivo de 1,4 milhões de euros no 1S09, devido à melhoria substancial do desempenho ao nível do EBITDA e à diminuição dos encargos com Amortizações e Depreciações. Comparativamente com o 1S09, os encargos financeiros líquidos diminuíram 50,1%, para 3,7 milhões de euros negativos, reflectindo: i) redução dos Custos Financeiros em cerca de 3,3 milhões de euros, em virtude da diminuição, no 1S10, do nível médio da Dívida Bruta e da redução do custo médio da dívida, reflexo dos movimentos das taxas de juro de mercado; e ii) aumento dos Proveitos Financeiros em 0,4 milhões de euros, devido a ganhos cambiais e um nível médio de liquidez superior.

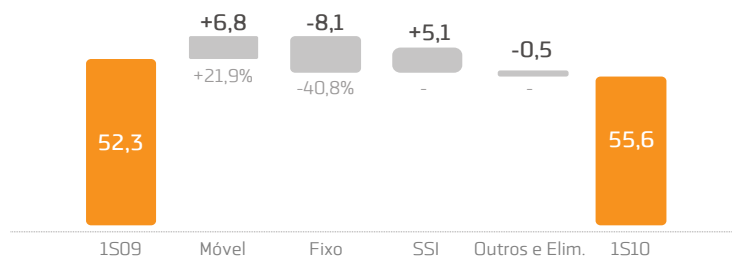
A rubrica de Impostos apresentou, no 1S10, um custo de 9,3 milhões de euros, que compara com um custo de 3,5 milhões de euros no 1S09, resultante, essencialmente, de um melhor desempenho ao nível do Resultado Antes de Imposto (de 5,1 milhões euros positivos para 29,0 milhões de euros positivos).



CAPEX Operacional

No 1S10, o CAPEX Operacional atingiu os 55,6 milhões de euros, 6,3% acima do 1S09. Enquanto a diminuição do investimento no negócio Fixo é justificada por uma estratégia "capital light", o aumento no negócio Móvel é explicado por melhorias contínuas ao nível da cobertura e da capacidade da rede de acesso, no sentido de garantir que a Optimus possui a melhor rede integrada em Portugal. O aumento do CAPEX operacional na SSI é explicado pela aquisição de direitos de exclusividade num grande cliente por parte da WeDo Technologies.

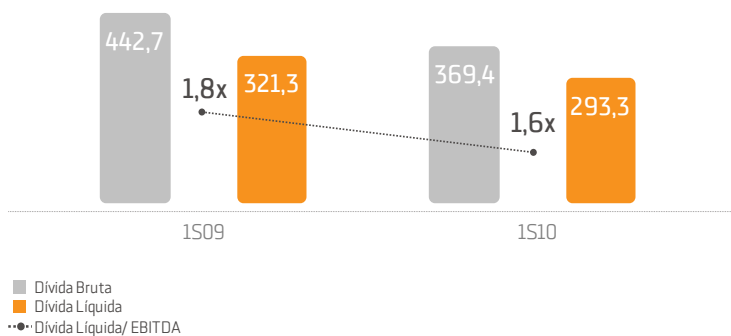
Em resultado da nossa performance ao nível do Volume de Negócios e do CAPEX, o CAPEX Operacional como percentagem do Volume de Negócios passou de 10,9% para 12,3%, um incremento de 1,5pp.



Estrutura de Capital

A Dívida Bruta Consolidada totalizou 369,4 milhões de euros, uma redução de 73,3 milhões de euros face ao 1S09. Após a conclusão, em Julho de 2010, de todas as amortizações de dívida previstas para este ano, no montante de 110 milhões de euros, a totalidade de linhas de crédito contratadas ascende a 484 milhões de euros.

A Dívida Líquida Consolidada, no final do 1S10, ascendia a 293,3 milhões de euros, uma redução de 8,7% face a 1S09. Esta evolução positiva reflecte a nossa sólida geração de *cash flow* e tem já em consideração o fluxo trimestral de 5 milhões de euros relativos à amortização da operação de securitização.



Como referido, as amortizações de dívida previstas para 2010 encontram-se já asseguradas, não estando previstas necessidades de refinanciamento adicionais até meados de 2012 e a maturidade média da dívida do grupo Sonacom é, actualmente, de aproximadamente 2,7 anos.

Em termos de evolução dos principais indicadores financeiros, destacamos que o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA atingiu os 1,6x no 1S10, o que representa uma melhoria de 0,2x face ao final do 1S09, sendo que o rácio de Cobertura de Juros melhorou de 8,8x para 12,7x.

FCF

No 1S10, o FCF Consolidado foi positivo em 5,6 milhões de euros, 23,2 milhões acima do valor registado no 1S09, consolidando a tendência muito positiva verificada nos trimestres anteriores, como consequência do crescimento consistente ao nível do EBITDA-CAPEX Operacional e da performance ao nível da gestão do Fundo de Maneio.

3. Telecomunicações



O nosso negócio de Telecomunicações é agora gerido sob a marca única Optimus, cada vez mais reconhecida pela sua presença significativa em todos os segmentos de mercado. A Optimus é um operador integrado e convergente, suportado numa rede de última geração, que aposta na entrega de serviços inovadores e ambiciona tornar-se no melhor operador integrado de telecomunicações em Portugal.

3.1. Negócio Móvel

O nosso negócio Móvel, com um posicionamento privilegiado para beneficiar das actuais tendências no Mercado de Dados Móveis, manteve a evolução positiva verificada nos trimestres anteriores, tanto no número de Subscritores como nas Receitas de Clientes. No que respeita a Receitas de Dados, a Optimus conseguiu reforçar a tendência positiva dos últimos trimestres, estando posicionada acima da concorrência nacional e das principais referências europeias.

3.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	2T09	2T10	Δ10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ10/09
Clientes (EoP) ('000)	3.268,7	3.469,3	6,1%	3.449,8	0,6%	3.268,7	3.469,3	6,1%
Novos Clientes ('000)	48,9	19,5	-60,1%	17,2	13,1%	77,1	36,8	-52,3%
Dados como % Receitas de Serviço	27,8%	30,2%	2,4pp	29,6%	0,7pp	27,6%	29,9%	2,3pp
Total #SMS/mês/Cliente	48,5	48,3	-0,5%	48,2	0,1%	47,5	48,3	1,6%
MDU ⁽¹⁾ (min.)	131,3	135,0	2,8%	134,4	0,4%	129,5	134,7	4,0%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	14,9	13,8	-7,8%	13,7	0,5%	14,9	13,7	-8,0%
Cliente	12,2	11,5	-5,4%	11,4	1,1%	12,1	11,5	-5,6%
Interligação	2,8	2,3	-18,1%	2,3	-2,5%	2,8	2,3	-18,3%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,11	0,10	-10,3%	0,10	0,0%	0,12	0,10	-11,5%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

A base de clientes da Optimus manteve a sua tendência de evolução positiva, alcançando cerca de 3,47 milhões de clientes, um aumento de 6,1% face ao 1S09, um excelente resultado se tivermos em consideração a maturidade do mercado Móvel Português. A percentagem de Clientes pós-pagos continuou a crescer para 32,7%, aumentando 1,3pp face ao 1S09.

No 1S10, a receita média mensal ("ARPU") por cliente no Móvel foi de 13,7 euros, representando uma descida de cerca de 1,2 euros face ao 1S09, em resultado de uma combinação de menores Receitas de Interligação (que diminuíram de 2,8 euros para 2,3 euros) e menor nível de facturação média por Cliente (que diminuiu de 12,1 euros para 11,5 euros), apesar do aumento de 4,0% no nível de minutos de utilização por cliente por mês.

Dados e Banda Larga Móvel

Temos conseguido manter um crescimento significativo ao nível da utilização de Dados, através da promoção do nosso produto "Kanguru", baseado em tecnologia HSPA, e da introdução das nossas apelativas ofertas pós-pagas de *smartphones*, concebidas de forma a aumentar a penetração de *smartphones* no mercado residencial Móvel.

No final do primeiro semestre de 2010, as Receitas de Dados representaram 29,9% das Receitas de Serviços, registando um aumento de 2,3pp face ao período homólogo de 2009. As Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS), continuaram a aumentar o seu peso, representando, no 1S10, cerca de 75,6% das Receitas de Dados, em comparação com 72,5%, no 1S09.

3.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	2T09	2T10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ 10/09
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS	152,0	145,6	-4,2%	142,5	2,2%	298,8	288,1	-3,6%
Volume de Negócios	152,0	145,6	-4,2%	142,5	2,2%	298,8	288,1	-3,6%
Receitas de Serviço	140,5	138,8	-1,1%	137,4	1,0%	279,7	276,3	-1,2%
Receitas de Clientes	115,1	116,1	0,9%	114,3	1,6%	227,9	230,4	1,1%
Receitas de Operadores	25,3	22,7	-10,3%	23,2	-2,0%	51,8	45,9	-11,4%
Vendas de Equipamento	11,6	6,8	-41,4%	5,0	34,9%	19,1	11,8	-38,3%
Outras Receitas	8,7	8,3	-5,3%	8,3	-1,0%	17,4	16,6	-4,9%
Custos Operacionais	110,7	105,9	-4,3%	104,2	1,6%	219,0	210,1	-4,0%
Custos com Pessoal	12,7	13,2	4,2%	13,0	2,2%	26,7	26,2	-1,8%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	40,0	42,1	5,4%	44,9	-6,0%	83,0	87,0	4,8%
Custos Comerciais ⁽²⁾	31,3	24,7	-20,9%	20,4	21,0%	55,8	45,2	-19,1%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	26,7	25,8	-3,4%	26,0	-0,7%	53,5	51,7	-3,2%
Provisões e Perdas de Imparidade	4,9	0,0	-100,0%	0,2	-99,7%	8,4	0,2	-97,6%
EBITDA	45,1	48,0	6,3%	46,4	3,4%	88,9	94,4	6,1%
Margem EBITDA (%)	29,7%	32,9%	3,3pp	32,6%	0,4pp	29,7%	32,8%	3,0pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	18,0	19,8	10,0%	17,9	10,7%	30,9	37,6	21,9%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	11,8%	13,6%	1,8pp	12,5%	1,0pp	10,3%	13,1%	2,7pp
EBITDA - CAPEX Operacional	27,2	28,2	3,8%	28,5	-1,2%	58,0	56,7	-2,2%
CAPEX Total	18,1	19,9	10,0%	18,0	10,7%	31,8	37,9	19,4%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

As Receitas de Clientes continuaram a crescer de forma positiva, aumentando de 227,9 milhões de euros, no 1S09, para 230,4 milhões de euros, no 1S10. Apesar da performance positiva ao nível das Receitas de Clientes, o Volume de Negócios diminuiu 3,6% face ao ano anterior para, aproximadamente, 288,1 milhões de euros, devido a uma diminuição de 11,4% no nível de Receitas de Operadores, totalmente motivada pela redução das tarifas reguladas e uma diminuição de 38,3% no nível de Vendas de Equipamento. No que diz respeito às tarifas de terminação móvel, o primeiro semestre de 2010 foi um período sem assimetria, em que as tarifas ascenderam a 0,065 euros até 24 de Maio de 2010 e 0,060 euros a partir dessa data.

Custos Operacionais

Como resultado da estratégia de redução de custos que tem vindo a ser implementada, os Custos Operacionais diminuíram face ao 1S09, de 219,0 milhões de euros para 210,1 milhões de euros. Esta redução de custos foi transversal a todas as linhas de custos, com excepção de Custos Directos de Serviços Prestados, que aumentou devido ao crescimento não só da nossa infra-estrutura como também do tráfego, como consequência de um aumento do nível de actividade. Adicionalmente, a taxa de sucesso que temos vindo a registar ao nível dos recebimentos de incobráveis dos últimos anos, judiciais e não judiciais, beneficiou o nível de provisões apresentado.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel foi de 94,4 milhões de euros, aumentando 6,1% face ao 1S09 devido, maioritariamente, a uma diminuição de 4,0% no nível de Custos Operacionais. A margem EBITDA alcançou 32,8%, aumentando 3,1pp face ao período homólogo de 2009, uma excelente concretização para a nossa operação.

3.2. Negócio Fixo

No primeiro semestre de 2010, as divisões de *Wholesale* e de *Corporate* e PME's continuaram a alcançar resultados positivos. Acreditamos plenamente que a convergência será um dos principais motores de crescimento neste segmento e o nosso posicionamento, que contempla soluções integradas e convergentes, é a melhor forma de responder às necessidades do mercado. No segmento Residencial, o ambiente competitivo mantém-se pouco atractivo. Neste contexto, continuaremos a focar-nos em criar valor na nossa base de subscritores e em alavancar a nossa infra-estrutura através de parcerias.

3.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	2T09	2T10	Δ10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ10/09
Total de Acessos	528.467	447.990	-15,2%	463.853	-3,4%	528.467	447.990	-15,2%
Acessos Directos	432.886	372.751	-13,9%	385.533	-3,3%	432.886	372.751	-13,9%
Voz	232.258	199.086	-14,3%	207.285	-4,0%	232.258	199.086	-14,3%
Internet de Banda Larga	171.256	121.882	-28,8%	131.611	-7,4%	171.256	121.882	-28,8%
Outros	29.372	51.783	76,3%	46.637	11,0%	29.372	51.783	76,3%
Acessos Indirectos	95.581	75.239	-21,3%	78.320	-3,9%	95.581	75.239	-21,3%
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	192	203	5,7%	203	0,0%	192	203	5,7%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	175	182	4,0%	182	0,0%	175	182	4,0%
Acesso Directo em % Receitas Clientes	77,4%	72,1%	-5,4pp	73,4%	-1,3pp	77,5%	72,7%	-4,8pp
Receita Média por Acesso - Retalho	22,3	23,5	5,4%	23,5	0,1%	22,6	23,5	3,9%

Base de Clientes

No 1S10, o segmento *Corporate* e PME's aumentou a sua presença no mercado, com o número de Acessos a evoluir positivamente. Apesar desta evolução positiva, o Total de Acessos continuou a diminuir devido ao segmento Residencial Fixo. No final do 1S10, o Total de Acessos foi de 448 mil, menos 15,2% do que no 1S09, devido a uma diminuição de 13,9% nos acessos Directos e de 21,3% nos Acessos Indirectos.

3.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	2T09	2T10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ 10/09
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS	60,0	59,4	-1,1%	60,9	-2,5%	124,3	120,3	-3,2%
Volume de Negócios	60,0	59,4	-1,1%	60,9	-2,5%	124,3	120,3	-3,2%
Receitas de Serviço	59,2	59,2	-0,1%	60,8	-2,7%	123,1	120,0	-2,6%
Receitas de Clientes	34,3	30,8	-10,3%	31,8	-3,3%	71,7	62,6	-12,6%
Receitas de Acesso Directo	26,6	22,2	-16,5%	23,4	-5,0%	55,6	45,6	-18,0%
Receitas de Acesso Indirecto	7,0	6,5	-7,3%	6,5	-0,2%	14,4	13,0	-9,5%
Outros	0,7	2,1	185,3%	2,0	6,9%	1,8	4,1	132,4%
Receitas de Operadores	24,9	28,4	14,1%	28,9	-2,0%	51,4	57,3	11,4%
Vendas de Equipamento	0,8	0,2	-75,3%	0,1	123,3%	1,2	0,3	-74,7%
Outras Receitas	0,5	0,5	-0,8%	0,1	-	0,5	0,6	28,9%
Custos Operacionais	57,4	55,0	-4,2%	56,7	-2,9%	118,6	111,7	-5,8%
Custos com Pessoal	1,2	0,9	-29,1%	1,0	-12,7%	2,7	1,9	-31,1%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	36,5	38,7	5,9%	39,4	-1,9%	77,0	78,1	1,4%
Custos Comerciais ⁽²⁾	6,7	4,0	-39,5%	4,3	-7,0%	12,4	8,4	-32,6%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	13,0	11,5	-11,9%	11,9	-3,9%	26,5	23,4	-11,7%
Provisões e Perdas de Imparidade	2,1	2,9	42,7%	3,6	-18,8%	4,5	6,5	46,8%
EBITDA	1,0	1,9	82,4%	0,7	167,8%	1,7	2,6	55,0%
Margem EBITDA (%)	1,7%	3,2%	1,5pp	1,2%	2,0pp	1,3%	2,2%	0,8pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	12,0	6,4	-46,3%	5,3	21,7%	19,7	11,7	-40,8%
CAPEX Oper. em % Volume Negócios	19,9%	10,8%	-9,1pp	8,7%	2,1pp	15,9%	9,7%	-6,2pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-10,9	-4,5	58,6%	-4,6	0,9%	-18,1	-9,1	49,7%
CAPEX Total	12,0	6,4	-46,3%	5,3	21,7%	19,7	11,7	-40,8%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Fixo diminuiu para, aproximadamente, 120,3 milhões de euros, como resultado de uma diminuição de 2,6% no nível das Receitas de Serviços. O aumento de 11,4% nas Receitas de Operadores não foi suficiente para compensar a diminuição de 12,6% nas Receitas de Clientes, totalmente devida ao segmento Residencial.

Custos Operacionais

No negócio Fixo, os Custos Operacionais diminuíram de 118,6 milhões de euros, no 1S09, para 111,7 milhões de euros, no 1S10. Esta descida deveu-se, sobretudo, a reduções ao nível dos Custos Comerciais e Outros Custos Operacionais, uma consequência directa das nossas iniciativas de controlo de custos, nomeadamente nas áreas de IT e Rede. O nível de Provisões aumentou de 4,5 milhões de euros para 6,5 milhões de euros, devido a uma reavaliação extraordinária efectuada no segundo trimestre de 2010.

EBITDA

Como resultado da nossa performance em termos de Receitas e Custos, o EBITDA do negócio Fixo evoluiu positivamente para 2,6 milhões de euros. A margem EBITDA foi de 2,2%, aumentando 0,8pp em relação ao período homólogo de 2009.

4. Software e Sistemas de Informação (SSI)



A divisão SSI inclui quatro empresas: WeDo Technologies (soluções de garantia de negócio, permitindo otimizar tanto o desempenho do negócio como os processos e sistemas de gestão de risco), Mainroad (IT Management, Segurança e Continuidade), Bizdirect (comercialização de soluções multi-marca de equipamentos de IT) e Saphety (serviços de automatização de processos de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B).

A WeDo Technologies, que actualmente possui mais de 100 clientes em 73 países, fortaleceu no semestre a sua expansão internacional. No 1S10, as receitas internacionais representaram cerca de 63,4% do total de Receitas, um aumento superior a 7pp face ao mesmo período do ano anterior. O nível de encomendas da WeDo Technologies aumentou 14,4% face ao ano anterior, um bom indicador da actividade futura.

4.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	2T09	2T10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ 10/09
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000euros)	34,5	33,0	-4,3%	29,2	13,0%	62,7	62,2	-0,9%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	62,5%	50,0%	-12,4pp	52,1%	-2,1pp	61,9%	51,0%	-10,8pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	1467,1	730,2	-50,2%	739,7	-1,3%	2.915,9	1.469,7	-49,6%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	3,6	4,2	15,8%	2,9	46,8%	7,5	7,1	-5,9%
Colaboradores	507	537	5,9%	534	0,6%	507	537	5,9%

1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

No 1S10, as Receitas de Serviços por Colaborador atingiram os 62,2 mil euros, um valor inferior em 0,9% ao registado no 1S09, tendo as Vendas de Equipamento por Colaborador diminuído cerca de 10,8pp. Este último indicador evoluiu negativamente, devido a um nível inferior de Vendas de Equipamento, conforme esperado face à desaceleração do programa e-iniciativas. O número total de colaboradores, no final do 1S10, aumentou para 537, representando um crescimento de 5,9% face ao 1S09. Este aumento deveu-se à necessidade adicional de consultores para suportar o crescimento do nível de actividade das subsidiárias da SSI e à internacionalização da WeDo Technologies: o número de colaboradores no 1S10 que se encontram fora de Portugal é de 162 vs. 145, no 1S09, representando um aumento de 11,7%. O EBITDA por Colaborador atingiu 7,1 mil euros, uma diminuição de 5,9% face ao 1S09, devido a um maior número de colaboradores que foi, em parte, compensado pelo aumento verificado no EBITDA.

Desenvolvimentos Corporativos

Segundo um estudo recentemente elaborado pela Stratecast, "Revenue Assurance and Cost Management Global CSP Sector Assessment", a WeDo Technologies lidera em 2009, com 25% de quota de mercado, o mercado mundial de Revenue Assurance em Telecomunicações, um mercado bastante fragmentado onde o segundo *player* se encontra a uma distância de 9pp. De acordo com a Stratecast, a liderança da WeDo Technologies deve-se a dois factores: uma equipa focada no sentido de responder às necessidades dos operadores de telecomunicações e ao reconhecimento do seu *software* de Revenue Assurance. Esta formalização constitui um reconhecimento e uma constatação do crescente papel da WeDo Technologies num segmento de mercado que se tem tornado cada vez mais relevante.

4.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	2T09	2T10	Δ10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ10/09
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	42,21	34,97	-17,2%	32,43	7,8%	82,13	67,40	-17,9%
Receitas de Serviço	15,84	17,47	10,3%	15,53	12,5%	31,32	32,99	5,3%
Vendas de Equipamento	26,37	17,50	-33,6%	16,91	3,5%	50,81	34,41	-32,3%
Outras Receitas	0,07	0,09	18,5%	0,11	-24,2%	0,32	0,20	-37,2%
Custos operacionais	40,43	32,59	-19,4%	30,92	5,4%	78,54	63,51	-19,1%
Custos com Pessoal	7,09	7,57	6,7%	7,43	1,9%	14,11	15,01	6,3%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	26,36	17,44	-33,9%	16,64	4,8%	50,70	34,08	-32,8%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	6,98	7,58	8,7%	6,84	10,9%	13,73	14,42	5,0%
Provisões e Perdas de Imparidade	-0,05	0,13	-	0,04	-	0,03	0,17	-
EBITDA	1,90	2,33	22,4%	1,59	46,5%	3,88	3,92	1,1%
Margem EBITDA (%)	4,5%	6,7%	2,2pp	4,9%	1,8pp	4,7%	5,8%	1,1pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0,99	5,79	-	0,70	-	1,44	6,49	-
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	2,3%	16,6%	14,2pp	2,2%	14,4pp	1,8%	9,6%	7,9pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,92	-3,46	-	0,89	-	2,44	-2,57	-
CAPEX Total	0,99	5,79	-	0,70	-	1,44	6,49	-

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

No 1S10, o Volume de Negócios da SSI diminuiu cerca de 17,9% para, aproximadamente, 67,4 milhões de euros, totalmente motivado pela diminuição de 32,3% no nível de Vendas de Equipamento, devido à já esperada desaceleração do programa e-iniciativas. O nível de Receitas de Serviços ascendeu a 33,0 milhões de euros, aumentando 5,3% face ao primeiro semestre de 2009.

Custos Operacionais

O total de Custos Operacionais diminuiu face ao ano anterior cerca de 19,1%, para 63,5 milhões de euros, devido a uma quebra de 32,8% nos Custos Comerciais, nomeadamente no Custo das Mercadorias Vendidas. É de realçar que o aumento nas linhas de Custos com o Pessoal e Outros Custos Operacionais (essencialmente Custos de *Outsourcing*) se deveu ao aumento do nível de actividade em todas as subsidiárias e à expansão internacional da WeDo Technologies.

EBITDA

No primeiro semestre de 2010, o EBITDA da SSI evoluiu positivamente para 3,9 milhões de euros, aumentando 1,1% face ao semestre homólogo de 2009, como consequência da nossa performance ao nível dos Custos Operacionais, que mais do que compensou as quebras verificadas na linha das Receitas. Em termos de evolução trimestral, é de realçar que, entre o 2T09 e o 2T10, o EBITDA evoluiu positivamente de 1,9 milhões de euros para 2,3 milhões de euros, aumentando 22,4%. A margem EBITDA aumentou de 4,7% para 5,8%, evidenciando a actual combinação de maiores Vendas de Serviços e menores Vendas de Equipamento.



5. *Online e Media*

O nosso negócio de *Online & Media* incorpora o *Miau.pt* e *Publico.pt* e ainda o Público, um jornal diário de referência em Portugal que completou recentemente 20 anos de existência.

Relativamente ao jornal Público, durante o 2T10, a dinâmica de mercado manteve-se adversa no segmento da imprensa escrita, não só, em termos de Circulação, mas também, em Receitas de Publicidade. Não obstante, o Público conseguiu aumentar as suas Receitas de Publicidade, que cresceram mais de 11,1% em relação ao primeiro trimestre de 2010.

No que respeita à edição *online* do Público, que registou no primeiro semestre de 2010, em média, 6,5 milhões de visitas mensais, é de realçar as melhorias verificadas em alguns indicadores fundamentais e o lançamento de alguns projectos de inovação. No primeiro semestre de 2010, o Público concluiu projectos digitais bastante relevantes tais como uma aplicação específica para o iPhone e uma edição impressa para o Amazon Kindle.

Em termos de indicadores financeiros, o EBITDA do negócio *Online & Media* foi ainda negativo em 0,30 milhões de euros mantendo, no entanto, a sua tendência de evolução positiva e aumentando consideravelmente face aos 1,67 milhões de euros negativos verificados no primeiro semestre de 2009. Devido essencialmente a aumentos nas rubricas de Vendas de Jornais e Produtos Associados, o EBITDA do 2T10 foi positivo em cerca de 0,13 milhões de euros, confirmando a eficiência da nossa execução.

6. Resultados Individuais da Sonaecom, SGPS

6.1. Dados Operacionais

Os resultados individuais da Sonaecom SGPS para os semestres findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 podem ser resumidos da seguinte forma:

Milhões de Euros	1S09	1S10	Δ 10/09	%
Receitas de Serviços	3,6	3,2	(0,3)	-9%
Outras Receitas Operacionais	0,0	0,0	(0,0)	-75%
Custos Operacionais (1)	(4,0)	(3,8)	0,1	-3%
EBITDA	(0,8)	(0,6)	0,2	-28%
EBIT	(0,9)	(0,7)	0,2	-27%
Dividendos Recebidos	3,5	10,5	7,0	202%
Actividade Financeira Líquida	(1,7)	1,3	3,0	-175%
Outros Resultados Financeiros	(7,5)	(4,2)	3,3	-44%
EBT	(6,7)	6,9	13,6	-204%
Resultado Líquido	(6,0)	6,8	12,8	-213%

(1) Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões.

Durante os primeiros seis meses de 2010, a Sonaecom SGPS gerou receitas de serviço no montante de 3,2 milhões de euros, relacionadas, essencialmente, com serviços prestados a subsidiárias, relativos a:

- Gestão do enquadramento regulatório;
- Suporte na procura de novos financiamentos;
- Auditoria interna e gestão de riscos;
- Suporte legal e fiscal;
- Alocação temporária de colaboradores nas subsidiárias.

O Centro Corporativo da Sonaecom SGPS emprega 40 colaboradores, dos quais 19 estão alocados à divisão de Serviços Partilhados. No 1S10, o total de custos com pessoal totalizou 2,2 milhões de euros, que comparam com os 2,3 milhões de euros registados no 1S09. A 30 de Junho de 2010, o total de custos dos centros corporativos representaram, aproximadamente, 0,6% do Volume de Negócios consolidado do Grupo Sonaecom. O total de custos operacionais (excluindo Amortizações, Depreciações e Provisões) ascendeu a 3,8 milhões de euros, que comparam com os 4,0 milhões de euros do período homólogo.

O EBITDA foi de 0,6 milhões negativos, o que compara com o valor negativo de 0,8 milhões de euros, registado em 2009. Esta evolução é maioritariamente justificada pela redução de provisões face a 2009.

A principal fonte de receitas financeiras da Sonaecom SGPS foi os 10,5 milhões de euros de dividendos recebidos da subsidiária Sonaecom Telecom. Em igual período de 2009, a Sonaecom recebeu 3,1 milhões de euros da Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. e 0,4 milhões de euros da Sonaecom Telecom.

A actividade financeira líquida (receitas de juros deduzidas de despesas de juros) foi positiva em 1,3 milhões de euros, 3,0 milhões melhor que 2009, devido essencialmente ao menor nível de endividamento.

Os outros resultados financeiros foram negativos em 4,2 milhões de euros, justificados quase na totalidade pelo reconhecimento de imparidade na Sonaecom BV, na Miauger e na Lugares Virtuais. No ano anterior tinham, também, sido reconhecidas imparidades de 7,5 milhões de euros na Sonaecom BV e na Miauger.

O resultado líquido do semestre foi de 6,8 milhões positivos, 12,8 milhões melhor que o do ano anterior. Tal deveu-se, sobretudo, à performance dos resultados financeiros. Os dividendos, a actividade financeira líquida e os outros resultados financeiros apresentaram performances melhores que as verificadas em igual período de 2009.

6.2. Dados Financeiros

A tabela seguinte resume os principais movimentos monetários ocorridos durante o semestre:

Alteração na liquidez da Sonaecom SGPS	Milhões de Euros
Liquidez da Sonaecom SGPS a 31 de Dezembro de 2009	3,2
Programa de Papel Comercial (CPP)	(78,1)
Outra dívida externa	66,5
Aplicações de Tesouraria recebidas (reembolsadas) das subsidiárias	(7,3)
Aquisições líquidas e Prestações acessórias de capital	(4,2)
Aquisição de acções próprias	(3,5)
Investimentos em partes de capital	(1,5)
Prestações acessórias (reembolso)	0,8
Suprimentos líquidos	6,8
Be Artis	13,6
Sonaecom BV	10,8
WeDo	7,0
Sonaecom BV	(14,6)
Sonaecom Sistemas de Informação	(9,5)
Virtuais	(0,5)
Movimentos Financeiros	15,3
Juros pagos	(3,7)
Juros recebidos	8,0
Dividendos recebidos	10,5
Free Cash Flow operacional e outros	0,5
Total de movimentos no exercício	(1,0)
Liquidez da Sonaecom SGPS a 30 de Junho de 2010	2,2

Durante o semestre, a liquidez diminuiu cerca de 1,0 milhão de euros, dos 3,2 milhões para os 2,2 milhões, devido aos movimentos abaixo descritos:

A. Dívida externa nominal bruta – diminuição de 11,6 milhões de euros

Durante o semestre, a dívida externa nominal bruta diminuiu 11,6 milhões de euros. Destes, 78,1 milhões devem-se à diminuição da utilização de programas de papel comercial (PPC), cerca de 3,5 milhões de euros correspondem a descobertos bancários e a créditos bancários de curto prazo, diminuições parcialmente compensadas pelo aumento de 70 milhões de euros de empréstimos obrigacionistas.

Desde 2007, altura em que a Sonaecom SGPS completou a negociação de 250 milhões de euros, relativos a um programa de papel comercial com garantia de subscrição, a dívida bruta do Grupo Sonaecom é totalmente contratada pela Sonaecom SGPS, e movimentos internos são utilizados para efectuar a alocação de liquidez entre as várias subsidiárias, através de suprimentos e /ou aplicações de tesouraria, dependendo do prazo de reembolso esperado.

No final do período, a dívida bruta da Sonaecom SGPS incluía quatro linhas de crédito a longo prazo: (1) uma emissão de obrigações, no valor de 150 milhões de euros; (2) uma nova emissão de obrigações no valor de 40 milhões de euros; (3) uma nova emissão de obrigações no valor de 30 milhões de euros e (4) o programa de papel comercial com garantia de subscrição, no valor de 250 milhões de euros.

B. Aplicações de tesouraria de subsidiárias – diminuição de 7,3 milhões de euros

Durante os últimos seis meses, as subsidiárias reduziram as suas aplicações na Sonaecom no montante de 8,2 milhões de euros (a Optimus reduziu em 6,9 milhões de euros e a Be Towering reduziu em 2,9 milhões de euros) e a Sonaecom reduziu as suas aplicações nas subsidiárias em 0,9 milhões de euros (2,7 milhões de euros no Público, parcialmente compensadas pelo aumento de 1,5 milhões de euros na WeDo e 0,2 milhões de euros na Virtuais).

C. Aquisições e Prestações Acessórias – saídas líquidas no montante de 4,2 milhões de euros

As principais entradas e saídas de fundos relativas a aquisições e investimentos foram as seguintes:

- A Sonae Telecom procedeu ao reembolso de prestações acessórias no montante de 15,8 milhões de euros;
- A Sonaecom investiu 15 milhões de euros em Prestações acessórias na Sonae Telecom BV (10,8 milhões resultaram de conversão de Suprimentos);
- A participação na Sonae Telecom foi reforçada em 1,5 milhões de euros;
- Para cobrir as responsabilidades decorrentes do plano de incentivos a médio prazo (MTIP), a Sonaecom SGPS investiu, durante o 1S10, 3,5 milhões de euros na aquisição de 2.066.935 acções próprias.

D. Suprimentos líquidos – diminuição de 6,8 milhões de euros

Durante o período, o total de suprimentos aplicados pela Sonaecom nas subsidiárias diminuiu 6,8 milhões de euros:

- A Sonaecom SGPS alocou suprimentos adicionais à Sonaecom BV no montante de 14,6 milhões de euros, à Sonaecom Sistemas de Informação no montante de 9,5 milhões de euros e à Virtuais no montante de 0,5 milhões de euros;
- A Sonaecom SGPS reduziu suprimentos na Sonae Telecom BV no montante de 10,8 milhões, na WeDo no montante de 7,0 milhões de euros e na Be Artis no montante de 13,6 milhões.

E. Movimentos financeiros da Sonaecom – 15,3 milhões de euros positivos

A actividade operacional e financeira da Sonaecom SGPS gerou um fluxo líquido de 15,3 milhões de euros. Tal deveu-se, essencialmente, aos movimentos abaixo descritos:

- Dividendos de 10,5 milhões de euros recebidos da Sonae Telecom;
- Actividade financeira líquida positiva em 4,3 milhões de euros; e
- Um FCF operacional positivo de 0,5 milhões de euros.

7. Principais Desenvolvimentos Regulatórios

Apresentam-se de seguida os principais Desenvolvimentos Regulatórios ocorridos no primeiro semestre de 2010:

- Em Fevereiro de 2010 o ICP-ANACOM publicou a decisão final relativa a alterações à Oferta de Referência de Acesso ao Lacete Local (ORALL) que é relevante para o negócio fixo da Optimus. Entre outras as alterações à ORALL definidas pelo ICP – ANACOM incluem-se:
 - Inclusão de SLA's *Premium*;
 - Reforço do esquema de penalizações;
 - Obrigação de a PT disponibilizar aos operadores alternativos informação sobre a sua rede de cobre e respectiva evolução prevista, de modo a assegurar a continuidade da prestação de serviços baseados em lacetes desagregados.
- A 21 de Maio, o ICP-ANACOM aprovou a decisão final relativa à definição dos mercados relevantes do serviço grossista de terminação de chamadas de voz nas redes móveis (Mercado 7). Esta decisão inclui um esquema de reduções consecutivas dos preços do serviço de terminação. Ao contrário do que foi previsto na proposta inicial, de 20 de Janeiro de 2010, os preços fixados pelo regulador não são retroactivos e entraram em vigor a 24 de Maio de 2010:

	Tarifas
24 Maio 2010	0,060
24 Agosto 2010	0,055
24 Novembro 2010	0,050
24 Fevereiro 2011	0,045
24 Maio 2011	0,040
24 Agosto 2011	0,035

- A 22 de Julho, o ICP-ANACOM aprovou a decisão final relativa ao *refarming* do espectro dos 900 e 1800 MHz, o que significa que os serviços UMTS podem agora ser prestados com recurso às frequências dos 900 e 1800 MHz. No âmbito deste processo, o ICP-ANACOM decidiu substituir as anteriores licenças GSM e UMTS por um único título habilitante.

8. Governo da Sociedade

O relatório anual detalhado sobre o Governo das Sociedades constitui parte integrante do Relatório e Contas de 2009 da Sonaecom e está disponível no nosso site (www.sonae.com). O nosso site contém igualmente uma secção dedicada ao governo da sociedade.

Abaixo apenas descrevemos as alterações ocorridas no primeiro semestre de 2010, no que diz respeito ao Governo das Sociedades.

Assembleia Geral Ordinária

Na Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 23 de Abril de 2010, foram aprovadas as propostas apresentadas sob todos os pontos da Ordem de Trabalhos, a saber:

- 1) Aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2009, tal como apresentados.
- 2) Aplicação do Resultado Líquido negativo do exercício de 2009, tal como apresentado.
- 3) Atribuição de um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de 2009.
- 4) Aprovação de declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade.
- 5) Eleição de António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier para integrar o Conselho de Administração, até ao termo do mandato em curso (2008-2011).
- 6) Autorização ao Conselho de Administração para, durante um período de 18 meses e dentro dos limites legais, proceder à aquisição e alienação de acções próprias, nos termos da proposta apresentada por aquele órgão.
- 7) Autorização, pelo período de 18 meses, para aquisição de acções da própria sociedade por sociedades dela directa ou indirectamente dependentes, bem como a respectiva detenção, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

Aquisição de Acções Próprias

A Sonaecom adquiriu, através da Euronext Lisbon Stock Exchange:

- 747.000 acções próprias entre 4 e 8 de Janeiro de 2010, representativas de aproximadamente 0,20% do seu Capital Social;
- 886.935 acções próprias entre 15 e 26 de Março de 2010, representativas de aproximadamente 0,24% do seu Capital Social e,
- 433.00 acções próprias entre 18 e 21 de Maio de 2010, representativas de aproximadamente 0,12% do seu Capital Social.

Estas acções foram adquiridas ao abrigo das autorizações concedidas pelas Assembleias Gerais de Accionistas realizadas. A 21 de Maio de 2010, a Sonaecom detinha 8,264,325 acções próprias, representativas de aproximadamente 2,26% do seu Capital Social.

9. Apresentação de Resultados 1S10 - Anexo

9.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de Euros	2T09	2T10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ 10/09
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS								
Volume de Negócios	240.7	227.6	-5.4%	222.8	2.2%	481.6	450.3	-6.5%
Móvel	152.0	145.6	-4.2%	142.5	2.2%	298.8	288.1	-3.6%
Fixo	60.0	59.4	-1.1%	60.9	-2.5%	124.3	120.3	-3.2%
SSI	42.2	35.0	-17.2%	32.4	7.8%	82.1	67.4	-17.9%
Outros & Eliminações	-13.6	-12.4	8.8%	-13.0	5.0%	-23.7	-25.4	-7.3%
Outras Receitas	1.4	1.6	16.7%	1.1	44.6%	2.3	2.8	19.8%
Custos Operacionais	188.9	174.6	-7.6%	172.1	1.4%	378.9	346.7	-8.5%
Custos com Pessoal	24.4	24.3	-0.6%	24.5	-0.7%	49.2	48.8	-0.9%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	63.6	68.4	7.5%	71.1	-3.7%	133.5	139.5	4.5%
Custos Comerciais ⁽²⁾	64.6	46.8	-27.5%	42.2	11.0%	123.5	89.0	-28.0%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	36.3	35.0	-3.4%	34.4	1.8%	72.7	69.5	-4.4%
EBITDAP	53.2	54.7	2.8%	51.8	5.6%	105.0	106.4	1.3%
Provisões e Perdas de Imparidade	7.1	3.1	-56.6%	3.9	-20.6%	13.5	6.9	-48.8%
EBITDA	46.1	51.6	11.9%	47.9	7.7%	91.5	99.5	8.8%
Margem EBITDA (%)	19.2%	22.7%	3.5pp	21.5%	1.2pp	19.0%	22.1%	3.1pp
Móvel	45.1	48.0	6.3%	46.4	3.4%	88.9	94.4	6.1%
Fixo	1.0	1.9	82.4%	0.7	167.8%	1.7	2.6	55.0%
SSI	1.9	2.3	22.4%	1.6	46.5%	3.9	3.9	1.1%
Outros & Eliminações	-2.0	-0.6	70.0%	-0.8	23.1%	-3.0	-1.4	54.1%
Depreciações e Amortizações	39.7	32.8	-17.3%	34.0	-3.7%	79.1	66.8	-15.5%
EBIT	6.5	18.8	191.4%	13.9	35.6%	12.4	32.7	162.7%
Resultados Financeiros	-3.4	-1.7	50.3%	-2.0	14.5%	-7.3	-3.7	50.1%
Proveitos Financeiros	1.4	2.0	44.6%	1.5	33.1%	3.1	3.5	11.7%
Custos Financeiros	4.8	3.7	-22.9%	3.5	6.0%	10.4	7.1	-31.6%
EBT	3.1	17.1	-	11.9	43.8%	5.1	29.0	-
Resultado de Imposto	-1.8	-5.6	-	-3.7	-51.4%	-3.5	-9.3	-163.2%
Resultado Líquido	1.2	11.5	-	8.2	40.5%	1.6	19.7	-
Atribuível ao Grupo	1.2	11.5	-	8.2	40.7%	1.4	19.6	-
Atribuível a Interesses Minoritários	0.1	0.1	-7.2%	0.1	6.3%	0.2	0.1	-40.0%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos.

9.2. Balanço Consolidado

Milhões de Euros	1S09	1S10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1.957,2	1.820,5	-7,0%	1.910,6	-4,7%
Activos não Correntes	1.481,6	1.488,3	0,5%	1.493,7	-0,4%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	832,0	846,0	1,7%	847,1	-0,1%
Goodwill	525,9	526,2	0,1%	526,1	0,0%
Investimentos	1,2	1,2	0,0%	1,2	0,0%
Impostos Diferidos Activos	122,5	114,8	-6,2%	119,1	-3,6%
Outros	0,0	0,1	-	0,0	-
Activos Correntes	475,6	332,2	-30,2%	417,0	-20,3%
Clientes	162,2	134,8	-16,9%	143,3	-5,9%
Liquidez	121,4	76,1	-37,3%	76,3	-0,3%
Outros	192,1	121,4	-36,8%	197,4	-38,5%
Capital Próprio	930,8	953,5	2,4%	941,5	1,3%
Grupo	930,5	953,1	2,4%	941,1	1,3%
Interesses Minoritários	0,3	0,5	29,9%	0,4	14,2%
Total Passivo	1.026,4	867,0	-15,5%	969,1	-10,5%
Passivo não Corrente	583,1	439,4	-24,6%	459,9	-4,5%
Empréstimos Bancários	411,6	319,8	-22,3%	328,5	-2,6%
Provisões para outros Riscos e Encargos	32,3	32,7	1,3%	31,8	2,7%
Outros	139,3	86,9	-37,6%	99,6	-12,8%
Passivo Corrente	443,4	427,6	-3,6%	509,2	-16,0%
Empréstimos Bancários	8,4	26,5	-	21,6	22,9%
Fornecedores	190,4	180,3	-5,3%	194,1	-7,1%
Outros	244,5	220,8	-9,7%	293,5	-24,8%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	52,3	55,6	6,3%	23,9	132,2%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	10,9%	12,3%	1,5pp	10,7%	1,6pp
CAPEX Total	53,2	55,9	5,1%	24,1	132,1%
EBITDA - CAPEX Operacional	39,2	43,9	12,0%	24,0	83,2%
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	3,6	24,2	-	12,4	95,4%
FCF ⁽³⁾	-17,6	5,6	-	1,3	-
Dívida Bruta	442,7	369,4	-16,6%	373,5	-1,1%
Dívida Líquida	321,3	293,3	-8,7%	297,2	-1,3%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,8 x	1,6 x	-0,2 x	1,7 x	-0,1 x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	8,8 x	12,7 x	3,9 x	11,3 x	1,4 x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	32,2%	27,9%	-4,3pp	28,4%	-0,5pp
Excluindo a operação de Securitização:					
Dívida Líquida	409,9	362,3	-11,6%	371,0	-2,3%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2,2 x	2,0 x	-0,2 x	2,1 x	-0,1 x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	8,8 x	12,7 x	3,9 x	11,3 x	1,4 x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

9.3. FCF

Milhões de Euros	2T09	2T10	Δ10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ10/09
FREE CASH FLOW ALAVANCADO								
EBITDA-CAPEX Operacional	15,2	19,9	31,2%	24,0	-16,9%	39,2	43,9	12,0%
Varição de Fundo de Maneio	25,8	-8,4	-	-11,9	29,5%	-42,1	-20,3	51,8%
Itens não monetários e Outros	-1,2	0,3	-	0,3	-13,6%	6,5	0,6	-90,7%
Cash Flow Operacional	39,8	11,8	-70,3%	12,4	-4,9%	3,7	24,2	-
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%	-10,0	-10,0	0,0%
Acções Próprias	-0,7	-0,5	22,7%	-3,0	81,6%	-2,0	-3,5	-75,9%
Resultados Financeiros	-5,0	-0,8	83,2%	-2,4	64,6%	-9,2	-3,2	65,2%
Impostos	-0,9	-1,2	-40,4%	-0,7	-64,7%	-0,1	-1,9	-
FCF	28,2	4,2	-85,0%	1,3	-	-17,6	5,6	-

9.4. Colaboradores

Sonaecom	2T09	2T10	Δ10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ10/09
Total Colaboradores	2.002	2.063	3,0%	2.053	0,5%	2.002	2.063	3,0%
d.q. Telecomunicações	1.097	1.127	2,7%	1.119	0,7%	1.097	1.127	2,7%
d.q. SSI	507	537	5,9%	534	0,6%	507	537	5,9%

9.5. Online e Media

PÚBLICO - INDIC. OPERACIONAIS	2T09	2T10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ 10/09
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	38.544	33.591	-12,9%	32.836	2,3%	39.347	33.025	-16,1%
Quota Mercado de Publicidade (%)	12,3%	10,3%	-2,0pp	10,4%	-0,1pp	12,0%	10,6%	-1,4pp
Audiência ⁽²⁾ (%)	4,2%	4,4%	0,2pp	4,4%	0,0pp	4,4%	4,4%	0,0pp
Colaboradores	248	246	-0,8%	244	0,8%	248	246	-0,8%

(1) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte; (2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa (inquérito não realizado nos 3º trimestres de cada ano).

Milhões de Euros	2T09	2T10	Δ 10/09	1T10	Δ T/T	1S09	1S10	Δ 10/09
ONLINE E MEDIA - DEM. RES. CONSOLIDADOS								
Volume de Negócios	7,76	7,92	2,1%	7,38	7,4%	15,17	15,30	0,9%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	3,69	3,42	-7,5%	3,08	11,1%	6,83	6,49	-4,9%
Vendas de Jornais	2,89	3,27	13,0%	3,14	4,2%	5,95	6,40	7,7%
Vendas de Produtos Associados	1,17	1,24	5,7%	1,17	6,2%	2,40	2,41	0,4%
Outras Receitas	0,05	0,07	45,2%	0,05	46,0%	0,10	0,12	15,9%
Custos operacionais	8,44	7,85	-7,0%	7,85	0,0%	16,75	15,70	-6,2%
Custos com Pessoal	3,13	2,66	-14,9%	2,65	0,3%	6,18	5,32	-14,0%
Custos Comerciais ⁽²⁾	2,64	2,69	1,7%	2,62	2,6%	5,08	5,30	4,4%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	2,67	2,50	-6,4%	2,58	-2,9%	5,48	5,08	-7,3%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,13	0,01	-93,6%	0,02	-43,7%	0,20	0,02	-88,2%
EBITDA	-0,77	0,13	-	-0,44	-	-1,67	-0,30	81,8%
Margem EBITDA (%)	-9,9%	1,7%	11,6pp	-6,0%	7,7pp	-11,0%	-2,0%	9,0pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	0,18	0,13	-31,2%	0,13	-4,3%	0,33	0,26	-22,1%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	2,4%	1,6%	-0,8pp	1,8%	-0,2pp	2,2%	1,7%	-0,5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-0,95	0,01	-	-0,57	-	-2,01	-0,56	71,8%
CAPEX Total	0,18	0,13	-31,2%	0,13	-4,3%	0,33	0,26	-22,1%

(1) Inclui conteúdos; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

10. Artigos 447, 448 e Participações Qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM n.º5/2008

Acções detidas pelos membros do Conselho de Administração e Dirigentes e respectivas transacções durante o primeiro semestre de 2010:

Conselho de Administração

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 Junho 2010
						Quantidade
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Migracom, SGPS, SA (3)						1.969.996
Sonae, SGPS, SA (6)						3.293
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA (6)						250.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						225.000
Miguel Nuno Santos Almeida						
Sonae, SGPS, SA (6)						28.184
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	28.184	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA						39.799
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	18.942	0,00			
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Linhacom, SGPS, SA (4)						99.996
Sonae, SGPS, SA (6)						17.585
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	17.585	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA (9)						11.988
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	11.818	0,00			
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier						
Sonae, SGPS, SA (6)						42.046
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	25.412	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA (9)						19.682
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	17.079	0,00			

Dirigentes

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 Junho 2010 Quantidade
David Graham Shenton Bain						
Sonae, SGPS, SA (6)						20.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						15.000
Ana Paula Garrido Pina Marques						
Sonae, SGPS, SA (6)						11.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						14.444
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	8.165	0,00			
Alienação	15.03.2010			8.165	1,70	
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	9.197	0,00			
Alienação	15.03.2010			9.197	1,65	
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves						
Sonae, SGPS, SA (6)						5.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						14.322
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	14.322	0,00			
Rui José Gonçalves Paiva						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						460
Artur Carlos Gomes Loureiro						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						41.135
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	14.773	0,00			
José Manuel Pinto Correia						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						17.213
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	17.213	0,00			
Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.400
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						1.125
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	1.125	0,00			

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM n.º5/2008 (continuação).

Notas:

	Aquisições		Alienações		Saldo em	
	Data	Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	30 Junho 2010
						Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						659.650.000
Pareuro, BV (2)						2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (6)						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Sonae, SGPS, SA (6)						1.485.000
Sonaecom, SGPS, SA (9)						387.342
(4) Linhacom, SGPS, SA						
Imparfin, SGPS, SA (5)						150.000
Sonae, SGPS, SA (6)						351.296
Sonaecom, SGPS, SA (9)						38.044
(5) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (6)						4.105.280
(6) Sonae, SGPS, SA						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						838.649
Sonae Investments BV (7)						2.000.000
Sontel BV (8)						4.286
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV (8)						5.714
Sonaecom, SGPS, SA (9)						10.500.000
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, SA (9)						183.374.470
(9) Sonaecom, SGPS, SA						
Alienação	04.01.2010			28.459	0,00	
Aquisição	Jan.10	747.000	1,986			
Alienação	10.03.2010			943.725	0,00	
Aquisição	Mar.10	886.935	1,658			
Aquisição	Mai.10	433.000	1,257			

Artigo 448º

Nos termos do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais

	Número de acções em 30 Junho 2010
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	659.650.000
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000
Sonae, SGPS, SA	
Sonaecom, SGPS, SA	838.649
Sonae Investments BV	2.000.000
Sontel BV	4.286
Sonae Investments BV	
Sonaecom, SGPS, SA	10.500.000
Sontel BV	5.714
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, SA	183.374.470
Atlas Services Belgium, S.A.	
Sonaecom, SGPS, SA	73.249.374

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao Artigo 9º, n.º1, alínea c) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 30 Junho de 2010:

Accionista	Número de acções	% Participação no capital	% Direitos de voto	
			Com acções próprias	Sem acções próprias
Sontel BV	183.374.470	50,07%	50,07%	51,22%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	2,87%	2,93%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	0,23%	0,23%
Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%	0,11%	0,11%
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério ^{1,2,4}	225.000	0,06%	0,06%	0,06%
Belmiro Mendes de Azevedo ^{1,3}	75.537	0,02%	0,02%	0,02%
Linhacom,SGPS, SA	38.044	0,01%	0,01%	0,01%
Miguel Nuno Santos Almeida ⁽⁴⁾	39.799	0,01%	0,01%	0,01%
Álvaro Carmona e Costa Portela ¹	5.000	0,00%	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%	0,00%	0,00%
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier ⁽⁴⁾	19.682	0,01%	0,01%	0,01%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ^{3,4}	11.988	0,00%	0,00%	0,00%
Total imputável	195.516.511	53,38%	53,38%	54,62%
France Telecom, S.A.				
Atlas Services Belgium, S.A.	73.249.374	20,00%	20,00%	20,46%
Total imputável	73.249.374	20,00%	20,00%	20,46%
BCP				
Banco Comercial Português	12.500.998	3,41%	3,41%	3,49%
Total imputável	12.500.998	3,41%	3,41%	3,49%
Santander				
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	2,02%	2,07%

- (1) Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA
- (2) Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments, BV e Sontel BV
- (3) Membro do Conselho de Administração da Efanor Investments, SGPS, SA
- (4) Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA



11. Declaração para os efeitos do Artigo 245º do CVM

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que tiveram lugar no primeiro semestre de 2009 e o impacto dos mesmos, quando existe, nas demonstrações financeiras, contendo uma descrição apropriada dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hopley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

António Sampaio e Mello



12. Informação Financeira

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Balanços consolidados

Em 30 de Junho de 2010 e 2009 e em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Junho 2010	Junho 2009	Dezembro 2009
Activo				
Activos não correntes:				
Activos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 6	566.785.678	569.106.763	583.419.492
Activos intangíveis	1.e), 1.f) e 7	279.188.269	262.914.764	273.694.175
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	526.202.397	525.908.600	526.106.175
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	1.207.320	1.207.320	1.207.320
Outros activos não correntes	1.t)	130.705	14.115	54.765
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	114.817.601	122.452.182	121.894.677
Total de activos não correntes		1.488.331.970	1.481.603.744	1.506.376.604
Activos correntes:				
Existências	1.j)	26.558.963	21.122.064	14.034.768
Clientes	1.k) e 8	134.753.305	162.151.115	158.921.462
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	23.652.912	29.974.817	13.417.506
Outros activos correntes	1.s) e 1.y)	71.151.550	141.021.889	143.726.837
Caixa e equivalentes de caixa	1.i), 8 e 12	76.055.367	121.374.122	83.629.417
Total de activos correntes		332.172.097	475.644.007	413.729.990
Total do activo		1.820.504.067	1.957.247.751	1.920.106.594
Capital próprio e passivo				
Capital próprio:				
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.v) e 14	(13.725.585)	(11.703.596)	(12.809.015)
Reservas	1.u)	580.902.523	574.488.717	575.946.086
Resultado líquido consolidado do período		19.633.595	1.419.771	5.748.497
		953.057.401	930.451.760	935.132.436
Interesses minoritários		452.639	348.446	508.152
Total do capital próprio		953.510.040	930.800.206	935.640.588
Passivo				
Passivo não corrente:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	319.837.263	411.553.159	299.139.698
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 16	19.780.701	21.344.398	20.707.936
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	32.664.463	32.256.634	32.175.824
Titularização de créditos	8 e 18	49.579.898	69.138.672	59.374.480
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	455.990	689.659	106.929
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	17.095.005	47.217.766	33.218.100
Total de passivos não correntes		439.413.320	582.200.288	444.722.967
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	26.501.633	8.439.456	59.256.449
Fornecedores	8	180.325.557	190.402.091	195.303.884
Outros passivos financeiros	1.i); 8, 16 e 19	3.239.885	1.335.850	3.053.364
Titularização de créditos	8 e 18	19.561.507	19.421.834	19.488.569
Outras dívidas a terceiros	8	17.291.083	29.869.685	46.979.493
Outros passivos correntes	1.s) e 1.y)	180.661.042	194.778.341	215.661.280
Total de passivos correntes		427.580.707	444.247.257	539.743.039
Total do passivo e capital próprio		1.820.504.067	1.957.247.751	1.920.106.594

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas de resultados por natureza

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Junho 2010	Abril a Junho 2010 (Não auditado)	Junho 2009	Abril a Junho 2009 (Não auditado)	Dezembro 2009
Vendas		51.474.370	27.145.633	79.816.865	40.801.321	141.176.555
Prestações de serviços		398.855.739	200.434.344	401.763.258	199.887.304	808.223.772
Outros proveitos operacionais		2.786.575	1.647.385	2.325.433	1.412.006	7.031.518
		453.116.684	229.227.362	483.905.556	242.100.631	956.431.845
Custo das vendas		(53.504.856)	(27.948.882)	(84.001.660)	(44.190.954)	(153.951.259)
Fornecimentos e serviços externos	20	(236.918.580)	(118.713.652)	(239.664.139)	(117.362.391)	(494.992.901)
Custos com o pessoal		(48.759.947)	(24.293.510)	(49.191.216)	(24.440.759)	(98.036.453)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(66.838.448)	(32.793.691)	(79.055.333)	(39.652.476)	(151.774.270)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.x) e 17	(6.932.953)	(3.068.681)	(13.547.520)	(7.072.373)	(19.032.191)
Outros custos operacionais		(7.488.624)	(3.606.083)	(6.008.839)	(2.928.110)	(14.750.258)
		(420.443.408)	(210.424.499)	(471.468.707)	(235.647.063)	(932.537.332)
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 21	(7.136.174)	(3.672.690)	(10.433.684)	(4.765.893)	(18.599.132)
Outros proveitos financeiros	1.o), 1.w) e 21	3.480.360	1.987.227	3.114.421	1.374.053	5.905.914
Resultados correntes		29.017.462	17.117.400	5.117.586	3.061.728	11.201.295
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(9.280.596)	(5.588.738)	(3.525.764)	(1.828.785)	(5.124.176)
Resultado líquido consolidado do período		19.736.866	11.528.662	1.591.822	1.232.943	6.077.119
Atribuível a:						
Accionistas da empresa mãe	26	19.633.595	11.475.460	1.419.771	1.175.603	5.748.497
Interesses minoritários		103.271	53.202	172.051	57.340	328.622
Resultados por acção						
Incluindo operações em descontinuação						
Básicos		0,05	0,03	0,00	0,00	0,02
Diluídos		0,05	0,03	0,00	0,00	0,02
Excluindo operações em descontinuação						
Básicos		0,05	0,03	0,00	0,00	0,02
Diluídos		0,05	0,03	0,00	0,00	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas do rendimento integral
Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Junho 2010	Junho 2009
Resultado líquido consolidado do período		19.736.866	1.591.822
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto		393.261	(33.217)
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.o) e 15	-	307.068
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	393.261	(340.285)
Rendimento integral consolidado do período		20.130.127	1.558.605
Atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		20.026.856	1.386.554
Interesses minoritários		103.271	172.051

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Acções próprias (Nota 14)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas			Interesses minoritários	Resultado líquido	Total	
						Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias				
2010												
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	-	12.809.015	575.946.086	-	5.748.497	935.132.436
Aplicação do resultado consolidado de 2009	-	-	-	-	5.748.497	-	-	-	5.748.497	-	(5.748.497)	-
Utilização da reserva legal para cobertura dos prejuízos acumulados verificados nas contas individuais	-	-	(764.178)	-	764.178	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de Junho de 2010	-	-	-	-	393.261	-	-	-	393.261	-	19.633.595	20.026.856
Aquisição de acções próprias	-	(3.497.605)	-	-	(3.497.605)	-	-	3.497.605	-	-	-	(3.497.605)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	2.581.035	-	-	1.012.560	(891.639)	-	(2.581.035)	(2.460.114)	-	-	120.921
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	-	-	-	-	1.274.793	-	-	1.274.793	-	-	1.274.793
Saldo em 30 de Junho de 2010	366.246.868	(13.725.585)	1.221.003	775.290.377	(212.695.291)	3.360.849	-	13.725.585	580.902.523	-	19.633.595	953.057.401
Interesses minoritários												
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	508.152	-	508.152
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.271	-	103.271
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(161.850)	-	(161.850)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.066	-	3.066
Saldo em 30 de Junho de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.639	-	452.639
Total	366.246.868	(13.725.585)	1.221.003	775.290.377	(212.695.291)	3.360.849	-	13.725.585	580.902.523	452.639	19.633.595	953.510.040

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Acções próprias (Nota 14)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Reservas para Planos de Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias	Reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
									Total de reservas			
2009												
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	1.002.287	775.290.377	(218.729.331)	-	(307.068)	13.499.750	570.756.015	-	4.998.142	928.501.275
Aplicação do resultado consolidado de 2008	-	-	982.894	-	4.015.248	-	-	-	4.998.142	-	(4.998.142)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de Junho de 2009	-	-	-	-	(340.285)	-	307.068	-	(33.217)	-	1.419.771	1.386.554
Aquisição de acções próprias	-	(1.987.893)	-	-	(1.987.893)	-	-	1.987.893	-	-	-	(1.987.893)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.1) e 27)	-	3.784.046	-	-	639.251	(837.553)	-	(3.784.046)	(3.982.347)	-	-	(198.300)
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.1) e 27)	-	-	-	-	-	958.099	-	-	958.099	-	-	958.099
Transferência das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivo de Médio Prazo para o passivo	-	-	-	-	-	1.792.025	-	-	1.792.025	-	-	1.792.025
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2009	366.246.868	(11.703.597)	1.985.181	775.290.377	(216.403.009)	1.912.571	-	11.703.597	574.488.717	-	1.419.771	930.451.761
Interesses minoritários												
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.717	-	452.717
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172.051	-	172.051
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.322)	-	(276.322)
Saldo em 30 de Junho de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.446	-	348.446
Total	366.246.868	(11.703.597)	1.985.181	775.290.377	(216.403.009)	1.912.571	-	11.703.597	574.488.717	348.446	1.419.771	930.800.207

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Junho de 2010		Junho de 2009	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	465.112.720		487.935.503	
Pagamentos a fornecedores	(320.323.424)		(335.947.650)	
Pagamentos ao pessoal	(60.354.987)		(60.684.754)	
Fluxo gerado pelas operações	84.434.309		91.303.099	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.920.554)		(97.140)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	7.930.936		115.092	
Fluxos das actividades operacionais (1)	90.444.691	90.444.691	91.321.051	91.321.051
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	826.176		1.106.922	
Activos fixos intangíveis	-		1.927	
Juros e proveitos similares	2.488.396	3.314.572	2.879.576	3.988.425
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	(58.655.316)		(78.964.236)	
Activos intangíveis	(9.820.559)	(68.475.875)	(8.889.067)	(87.853.303)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(65.161.303)		(83.864.878)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	70.000.000	70.000.000	35.767.972	35.767.972
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(693.886)		(1.389.200)	
Juros e custos similares	(6.486.093)		(13.419.583)	
Dividendos	(161.850)		-	
Devolução de prestações suplementares	-		(800.395)	
Aquisição de acções próprias	(3.497.605)		(1.987.893)	
Empréstimos obtidos	(91.613.255)	(102.452.689)	(10.024.272)	(27.621.343)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(32.452.689)		8.146.629
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(7.169.301)		15.602.802
Efeito das diferenças de câmbio		255.564		168.307
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		82.946.871		105.598.556
Caixa e seus equivalentes no final do período		76.033.134		121.369.666

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

12.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

(Montantes em euros)

1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Junho de 2010	Junho de 2009
Numerário	183.928	76.764
Depósitos à ordem	4.728.909	30.997.928
Aplicações de Tesouraria	71.142.530	90.299.431
Depósitos à ordem (saldos credores)	(22.233)	(4.456)
Caixa e seus equivalentes	76.033.134	121.369.666
Depósitos à ordem (saldos credores)	22.233	4.456
Disponibilidades constantes do balanço	76.055.367	121.374.122

2. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

	Junho de 2010	Junho de 2009
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	247.050.000	67.899.401
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

3. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	114.973.647	(64.819.904)	(13.343.434)	36.810.309
Multimédia	148.228	(467.374)	(87.839)	(406.985)
Sistemas de Informação	(20.594.136)	(1.136.642)	(223.582)	(21.954.360)
Holding	(4.043.407)	1.284.177	(18.797.794)	(21.557.024)
Outras	(39.641)	(21.560)	(40)	(61.241)
	90.444.691	(65.161.303)	(32.452.689)	(7.169.301)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

A SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 ("Grupo").

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECON, S.G.P.S., S.A.

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195

Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto, nos Estados Unidos da América, no Panamá, no Chile, em Singapura e em Espanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 30 de Junho de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro <i>Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.</i>	1-Jan-10 *
IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS's) <i>Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRSs em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.</i>	1-Jan-10
IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo) <i>Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.</i>	1-Jan-10
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços <i>Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.</i>	26-Mar-09*
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis <i>Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido.</i>	1-Jan-10 *
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira <i>Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.</i>	1-Jul-09 *
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa <i>Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.</i>	1-Nov-09 *
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes <i>Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis "dos clientes".</i>	Transferências efectuadas em ou após 01-Nov-09 *
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2008 <i>Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.</i>	1-Jan-10

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão) <i>Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.</i>	1-Feb-10
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:	
Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's) <i>Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.</i>	1-Jul-10
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) <i>Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.</i>	1-Jan-13
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) <i>A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.</i>	1-Jan-11
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições) <i>Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.</i>	1-Jan-11
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio) <i>Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.</i>	1-Jul-10
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2008/2010 <i>Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.</i>	Várias (a mais próxima em 01-Jul-10)

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 30 de Junho de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses minoritários".

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi

adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Activos fixos tangíveis

Os 'activos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do activo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-20
Redes de telecomunicações	10-20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	5-8
Outros activos fixos tangíveis	4-8

Durante o último trimestre de 2009 e o semestre findo em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base, relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Activos intangíveis

Os 'activos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'activos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'activos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'activos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (4 a 6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos 'activos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada.

Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

Até 1 de Janeiro de 2010, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") quando utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do

risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento".

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em activos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rêdito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações S.A., são

quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 – "Pagamentos com base em acções", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1.0)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As 'Reservas de acções próprias' reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de Junho de 2010, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 4 milhões de Euros.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2010		2009	
	30 Junho	Média	30 Junho	Média
Libra inglesa	1,2233	1,1504	1,1736	1,1196
Real brasileiro	0,4529	0,4207	0,3641	0,3429
Dólar americano	0,8149	0,7559	0,7075	0,7513
Zloti (Polónia)	0,2411	0,2500	0,2246	0,2238
Dólar australiano	0,6943	0,6744	0,5761	0,5336
Pesos mexicanos	0,0636	0,0597	0,0539	0,0543
Libra Egípcia	0,1343	0,1344	0,1343	0,1342
Ringgit (Malásia)	0,2517	0,2290	0,2013	0,2093
Peso Chileno	0,0015	0,0014	-	-
Dólar de Singapura	0,5828	0,5412	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e

intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – "Pagamento com Base em Acções".

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Junho de 2010, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, o Grupo efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre

condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 incluem:

- (i) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta; e
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para

efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevaletentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2010 e 2009, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe:							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		-	-	-	-
Subsidiárias:							
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering - Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies (UK) Limited ("Cape UK") (a)	Cardiff	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	Dissolvida		100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" - usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G - Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	100%
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Praesidium Technologies Limited ("Praesidium Technologies") (b)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	Dissolvida		100%	100%
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa dissolvida em Agosto de 2009.

(b) Empresa dissolvida em Dezembro de 2009.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Optimus – Comunicações, S.A. ("Optimus") (c)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom Sonae Telecom Sonaecom BV	53.54% 35.86% 10.60%	53.54% 35.86% 10.60%	53.54% 37.94% 8.52%	53.54% 37.94% 8.52%
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US")	Miami	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L. ("SSI España") (d)	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	-	-
We Do Technologies Singapore PTE. LDT. ("We Do Singapura") (d)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá") (e)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
WeDo Technologies Chile SpA. ("We Do Chile") (f)	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(c) Empresa anteriormente denominada Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.

(d) Empresas constituídas em Janeiro de 2010.

(e) Empresa constituída em Fevereiro de 2010.

(f) Empresa constituída em Abril de 2010.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 30 de Junho de 2010, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional a seguinte empresa (em 2009 controlava e consolidava também o seguinte agrupamento):

Firma(Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Vipu Ace (“Sexta”) (a)	Lisboa	Optimização de meios para a actividade de edição de conteúdos para edições periódicas em papel, para suporte digital, vídeo ou TV.	Público		Dissolvida	50%	50%
Unipress – Centro Gráfico, Lda. (“Unipress”)	Vila Nova de Gaia	Comércio, industria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%

* Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Agrupamento dissolvido em Dezembro de 2009.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, são os seguintes (débito/ (crédito)):

	2010	2009
Activos não correntes	2.959.352	3.573.926
Activos correntes	628.416	598.198
Passivos não correntes	(2.739.880)	(3.134.783)
Passivos correntes	(354.020)	(483.084)
Resultado líquido	(121.143)	(33.880)
Total de proveitos	(929.948)	(962.797)
Total de custos	812.768	928.917

4. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica incluía o investimento numa empresa associada, cuja sede social, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido					
				2010		2009		Valor de balanço	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*	2010	2009
Empresas associadas:									
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (“S.I.R.S.” – usando a marca “Rádio Nova”)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
								-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

A empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido da empresa associada foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2010				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	613.147	566.597	550.484	77.214
2009				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	651.043	646.061	628.872	41.458

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação actual
2010				
We Do BV	SSI España	Jan-10	3.010 EUR	100,00%
We Do BV	We Do Singapura	Jan-10	1SGD	100,00%
We Do BV	We Do Panamá	Fev-10	1.000 USD	100,00%
We Do BV	We Do Chile	Abr-10	500.000 CLP	100,00%

b) Outras

Em 1 de Janeiro de 2009, procedeu-se à fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Optimus - Comunicações, S.A., possibilitando uma maior eficiência operacional e uma maior contenção de custos. Esta operação foi aprovada em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

6. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2009	1.391.593	269.275.732	955.961.416	331.913	172.948.905	1.192.268	5.302.033	99.788.542	1.506.192.402
Adições	-	190.830	2.580.905	49.341	7.759.551	122	79.092	28.999.703	39.659.544
Alienações	-	(3.691)	(409.077)	(122.613)	(641.331)	-	-	-	(1.176.712)
Transferências e abates	-	7.869.403	74.872.512	-	1.772.364	14.798	110.833	(97.261.825)	(12.621.915)
Saldo em 30.06.2010	1.391.593	277.332.274	1.033.005.756	258.641	181.839.489	1.207.188	5.491.958	31.526.420	1.532.053.319
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2009	-	141.241.132	627.788.784	100.943	148.814.944	1.151.389	3.675.719	-	922.772.910
Amortizações do período	-	5.665.664	31.923.053	28.773	10.273.708	10.061	326.323	-	48.227.582
Alienações	-	(44)	(302.317)	(25.434)	(419.392)	-	-	-	(747.187)
Transferências e abates	-	32.254	(5.854.879)	-	836.961	-	-	-	(4.985.664)
Saldo em 30.06.2010	-	146.939.006	653.554.641	104.282	159.506.221	1.161.450	4.002.042	-	965.267.641
Valor líquido	1.391.593	130.393.268	379.451.115	154.359	22.333.268	45.738	1.489.916	31.526.420	566.785.678

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	2009 Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2008	1.391.593	252.295.915	891.297.575	161.116	157.107.115	1.189.329	5.139.704	88.154.502	1.396.736.849
Adições	-	136.400	4.490.179	346.581	5.062.625	-	125.258	33.829.945	43.990.988
Alienações	-	(316.630)	(461.261)	(196.633)	(93.492)	-	-	9.600	(1.058.416)
Transferências e abates	-	9.004.575	31.435.323	-	1.716.584	3.643	14.870	(42.790.981)	(615.986)
Saldo em 30.06.2009	1.391.593	261.120.260	926.761.816	311.064	163.792.832	1.192.972	5.279.832	79.203.066	1.439.053.435
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2008	-	130.910.565	545.294.870	125.491	130.529.609	1.131.114	3.003.661	-	810.995.310
Amortizações do período	-	5.313.492	44.953.803	21.371	8.423.027	11.467	344.386	-	59.067.546
Alienações	-	(13.619)	(103.433)	(5.261)	(7.780)	-	-	-	(130.093)
Transferências e abates	-	(21.766)	26.869	-	8.808	(2)	-	-	13.909
Saldo em 30.06.2009	-	136.188.672	590.172.109	141.601	138.953.664	1.142.579	3.348.047	-	869.946.672
Valor líquido	1.391.593	124.931.588	336.589.707	169.463	24.839.168	50.393	1.931.785	79.203.066	569.106.763

As adições do período incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), ao ULL (desagregação de Lacete Local), ao Triple Play e ao FTTH (Fibre-to-the-Home).

O custo de aquisição dos 'Activos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de Junho de 2010 e 2009, ascendia a 29.977.368 Euros e a 29.018.836 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 19.046.181 Euros e 20.405.439 Euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2010 os 'Activos fixos tangíveis' incluem o montante de 16,65 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica de 'Activos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração do Grupo procedeu à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados à rede de telecomunicações móvel, a qual foi registada de forma prospectiva com efeitos a 1 de Janeiro de 2010 e cujo impacto significou que as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2010 tenham sido, aproximadamente, 4,4 milhões de Euros inferiores às do semestre findo em 30 de Junho de 2009.

Adicionalmente, a comparação das amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2010 com as do período homólogo do ano anterior é também afectada por revisões da vida útil estimada de um conjunto de activos tangíveis e de software associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, efectuadas no segundo semestre de 2009, as quais foram então registadas naquele semestre de forma prospectiva e cujo impacto significa que as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2010 tenham sido, aproximadamente, 12 milhões de Euros e 3,8 milhões de Euros inferiores, respectivamente, às do semestre findo em 30 de Junho de 2009.

As transferências do período incluem a transferência para "Activos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Activos tangíveis em curso".

O 'Activo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de Junho de 2010 e 2009, a seguinte composição:

	2010	2009
Desenvolvimento da rede fixa	21.883.797	35.770.692
Desenvolvimento da rede móvel	8.270.519	35.712.592
Sistemas de informação	128.378	4.059.504
Outros projectos em curso	1.243.726	3.660.278
	31.526.420	79.203.066

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Em 30 de Junho de 2010, o movimento ocorrido nos valores relativos ao 'Desenvolvimento da rede fixa' referem-se, sobretudo, aos investimentos realizados no desenvolvimento da rede de fibra óptica (FTTH).

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2010	2009
Investimentos da área técnica	28.061.140	35.493.458
Investimentos em sistemas de informação	3.948.744	5.680.925
	32.009.884	41.174.382

7. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010			Total
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2009	304.081.633	229.169.691	19.212.155	552.463.479
Adições	5.026.039	734.554	10.473.543	16.234.136
Transferências e abates	1.358	16.550.955	(8.478.044)	8.074.269
Saldo em 30.06.2010	309.109.030	246.455.200	21.207.654	576.771.884
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2009	86.606.233	192.163.071	-	278.769.304
Amortizações do período	9.802.158	8.808.708	-	18.610.866
Transferências e abates	397	203.048	-	203.445
Saldo em 30.06.2010	96.408.788	201.174.827	-	297.583.615
Valor líquido	212.700.242	45.280.373	21.207.654	279.188.269

	2009			Total
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	287.617.028	214.987.219	11.249.369	513.853.616
Adições	46.479	850.558	8.298.276	9.195.313
Alienações	(27)	(1.900)	(5.250)	(7.177)
Transferências e abates	34.609	6.134.767	(5.128.018)	1.041.358
Saldo em 30.06.2009	287.698.089	221.970.644	14.414.377	524.083.110
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	69.111.102	171.924.626	-	241.035.728
Amortizações do período	8.335.987	11.651.775	-	19.987.762
Alienações	(1)	-	-	(1)
Transferências e abates	-	144.857	-	144.857
Saldo em 30.06.2009	77.447.088	183.721.258	-	261.168.346
Valor líquido	210.251.001	38.249.386	14.414.377	262.914.764

As adições do período incluem o valor de 5 milhões de euros relacionados com a aquisição de direitos contratuais pela subsidiária We Do.

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica 'Propriedade industrial', do activo bruto inclui o valor de 111,5 milhões de Euros correspondente ao valor presente da responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008 e actualizados em Setembro de 2009.

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus - Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, tinha de ser realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 30 de Junho de 2010, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, actualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um custo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 30 de Junho de 2010, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se registadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Activos intangíveis' 197.278.727 Euros e 192.896.038 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 61.505.906 Euros (64.506.194 Euros, em 2009) relativos à licença, (ii) 20.551.378 Euros (21.553.884 Euros, em 2009) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.311.949 Euros (6.619.849 Euros, em 2009) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 101.566.127 Euros (94.704.665 Euros, em 2009) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O activo intangível em curso, em 30 de Junho de 2010 e 2009, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os activos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinados activos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o total destes custos ascende a 19.120.620 Euros e 17.941.771 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foram de 609.549 Euros e 863.952 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 1,44% em 2010 (3,13% em 2009) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010					
Activos não correntes:					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:					
Clientes	134.753.305	-	134.753.305	-	134.753.305
Outras dívidas de terceiros	18.984.068	-	18.984.068	4.668.844	23.652.912
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	76.055.367	-	76.055.367	-	76.055.367
	229.792.740	-	229.792.740	4.668.844	234.461.584
2009					
Activos não correntes:					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:					
Clientes	162.151.115	-	162.151.115	-	162.151.115
Outras dívidas de terceiros	21.122.331	-	21.122.331	8.852.486	29.974.817
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	121.374.122	-	121.374.122	-	121.374.122
	304.647.568	-	304.647.568	8.852.486	313.500.054

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010					
Passivo não corrente:					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	319.837.263	-	319.837.263	-	319.837.263
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	19.780.701	19.780.701	-	19.780.701
Titularização de créditos (Nota 18)	49.579.898	-	49.579.898	-	49.579.898
	369.417.161	19.780.701	389.197.862	-	389.197.862
Passivo corrente:					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	26.501.633	-	26.501.633	-	26.501.633
Fornecedores	-	180.325.557	180.325.557	-	180.325.557
Outros passivos financeiros (Nota 16 e 19)	-	3.239.885	3.239.885	-	3.239.885
Titularização de créditos (Nota 18)	19.561.507	-	19.561.507	-	19.561.507
Outras dívidas a terceiros	-	2.707.753	2.707.753	14.583.330	17.291.083
	46.063.140	186.273.195	232.336.335	14.583.330	246.919.665

	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2009					
Passivo não corrente:					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	411.553.159	-	411.553.159	-	411.553.159
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	21.344.398	-	21.344.398	-	21.344.398
Titularização de créditos (Nota 18)	69.138.672	-	69.138.672	-	69.138.672
	502.036.229	-	502.036.229	-	502.036.229
Passivo corrente:					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	8.439.456	-	8.439.456	-	8.439.456
Fornecedores	-	190.402.091	190.402.091	-	190.402.091
Outros passivos financeiros (Nota 16)	1.335.850	-	1.335.850	-	1.335.850
Titularização de créditos (Nota 18)	19.421.834	-	19.421.834	-	19.421.834
Outras dívidas a terceiros	-	16.033.985	16.033.985	13.835.700	29.869.685
	29.197.140	206.436.076	235.633.216	13.835.700	249.468.916

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial	526.106.175	526.030.904
Outros	96.222	(122.304)
Saldo final	526.202.397	525.908.600

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, a actualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, a rubrica 'Diferenças de consolidação' tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Grupo We Do	20.657.538	20.363.740
Unipress	321.698	321.698
SIRS	72.820	72.820
Permar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
	526.202.397	525.908.599

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de Informação	11,22%

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2010	2009
Altitude, SGPS, S.A.	11,54%	1.000.000	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
Outros	-	9.976	9.976
		1.207.320	1.207.320

Em 30 de Junho de 2010, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Altitude, SGPS, S.A. (a)	18.619	8.646	9	31.291	3.673	2.481
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (a)	17.988	8.283	5.408	19.201	1.084	466

(a) Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-2009.

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2010 e 2009, no montante de 114.817.601 Euros e 122.452.182 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	121.894.677	124.862.171
Efeito em resultados		
Prejuízos fiscais do período	2.384.475	(2.527.789)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	556.572	1.909.351
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(8.443.134)	(440.448)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(1.610.000)	(1.610.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(7.112.087)	(2.668.886)
Outros	35.011	258.897
Saldo final	114.817.601	122.452.182

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos activos no montante de 16,1 milhões de Euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de Euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos activos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. No período findo em 30 de Junho de 2010, já havia sido revertido um montante de 4,8 milhões de Euros, correspondentes à reversão da respectiva diferença temporária.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

No período findo a 30 de Junho de 2010, foi já considerada a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado 2010 (Lei 3-B/2010 de 28 de Abril), a qual altera o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC, reduzindo de seis para quatro anos a possibilidade de reporte de prejuízos fiscais.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos restantes activos por impostos diferidos, a taxa usada foi de 26,5%. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de Junho de 2010, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS							Total	Total Grupo Sonaecom
		Optimus	Be Towering	Praesidium	Digitmarket	Saphety	Cape	We Do Brasil		
Prejuízos fiscais reportáveis:										
A serem utilizados até 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A serem utilizados até 2011	-	-	-	-	29.706	-	-	-	29.706	29.706
A serem utilizados até 2012	-	173.237	-	-	-	-	-	-	173.237	173.237
A serem utilizados até 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A serem utilizados até 2014	85.685	6.582.743	-	-	-	138.000	-	-	6.720.743	6.806.428
A serem utilizados até 2015	-	10.087.266	-	-	-	-	-	-	10.087.266	10.087.266
Sem limite de utilização	-	-	-	104.165	-	-	134.506	-	238.671	238.671
Prejuízos fiscais	85.685	16.843.246	-	104.165	29.706	138.000	134.506	-	17.249.623	17.335.308
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	380.018	10.269.988	111.643	-	-	-	-	-	10.381.631	10.761.649
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	-	1.716.399	-	-	-	-	-	-	1.716.399	1.716.399
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	30.794.861	-	-	-	-	-	(24.906)	30.769.955	30.769.955
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	-	11.270.000	-	-	-	-	-	-	11.270.000	11.270.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	-	42.964.290	-	-	-	-	-	-	42.964.290	42.964.290
Total	465.703	113.858.784	111.643	104.165	29.706	138.000	134.506	(24.906)	114.351.898	114.817.601

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2010	2009
Prejuízos fiscais	54.202.778	49.155.043
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	36.719.588	34.473.695
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	(231.475)	(248.141)
Total	90.690.891	83.380.597

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, os valores de impostos diferidos não registados, resultantes de prejuízos fiscais, têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2010	2009
2009	-	1.245.631
2010	1.642.936	4.219.398
2011	11.768.247	10.029.169
2012	17.848.260	9.040.807
2013	15.941.697	16.001.253
2014	3.266.932	1.326.762
2015	1.565.002	2.950.105
2016	464.053	1.204.308
2017	134.414	1.771.661
2018	44.378	50.355
2019	14.109	1.315.594
Sem limite de utilização	1.512.750	-
	54.202.778	49.155.043

Os anos de 2015 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2010 e 2009 no montante de 455.990 Euros e 689.659 Euros, respectivamente, resultam essencialmente de resultados, ajustamentos de consolidação e de ajustamentos de conversão IAS.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, foi como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	(106.929)	(605.414)
Efeito em resultados		
Resultados do período	(359.541)	-
Ajustamentos de consolidação	-	(84.246)
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	10.480	-
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(349.061)	(84.246)
Outros	-	1
Saldo final	(455.990)	(689.659)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	29.017.462	5.117.586
Imposto (25%)	(7.254.366)	(1.279.396)
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(2.233.741)	(3.631.025)
Registo de passivos por impostos diferidos	(349.061)	(84.246)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	556.572	1.909.351
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	-	(1.610.000)
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos	-	(440.448)
Impostos registados no período (Nota 22)	(9.280.596)	(3.525.764)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2006 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2010	2009
Numerário	183.928	76.764
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.728.909	30.997.928
Aplicações de tesouraria	71.142.530	90.299.431
Caixa e equivalentes de caixa	76.055.367	121.374.122
Descobertos bancários (Nota 15)	(22.233)	(4.456)
	76.033.134	121.369.666

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2010	2009
Sonae Investments BV	66.810.000	90.000.000
Aplicações bancárias no estrangeiro	4.332.530	299.431
	71.142.530	90.299.431

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de Junho de 2010, venceram juros a uma taxa média de 2,10% (2,94% em 2009).

13. Capital social

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	193.874.470	52,94%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	70.109.264	19,14%	62.569.173	17,08%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	-	0,00%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	-	0,00%
Acções próprias	8.264.325	2,26%	6.564.202	1,79%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	-	0,00%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
093X (EDP)	-	0,00%	29.150.000	7,96%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

14. Acções próprias

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 972.184 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de Junho de 2010, a Empresa adquiriu 2.066.935 novas acções (a um preço médio de 1,69 Euros), detendo no final do período 8.264.325 acções próprias, representativas de 2,26% do seu capital social, a um preço médio de 1,66 Euros.

15. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2010	2009
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.221.078)	(2.162.587)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	746.403	87.150
					218.525.325	147.924.563
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	Jul-12	-	100.500.000	150.000.000
SGPS	Papel Comercial	100.000.000	Jul-10	-	-	80.000.000
	Papel Comercial	50.000.000	Mai-11	-	-	33.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(184.132)	(357.826)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	111.711	203.915
					100.427.579	262.846.089
Unipress	Empréstimo bancário	-	-	-	494.600	395.562
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	389.759	388.945
					319.837.263	411.555.159

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Denominação	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2010	2009
Sonaecom	Papel Comercial	50.000.000	Mai-11	-	21.450.000	-
SGPS	Papel Comercial	30.000.000	Abr-11	-	5.000.000	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	29.400	-
					26.479.400	-
Sonaecom SGPS	Conta caucionada - CGD	-	-	-	-	8.435.000
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	22.233	4.456
					26.501.633	8.439.456

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa - Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, até aos montantes de 50 milhões, 30 milhões e 15 milhões, contratados em Janeiro de 2005, Março e Junho de 2010, respectivamente, com garantia de subscrição e com maturidades de até um ano, eventualmente renováveis.

A garantia de colocação é actualmente assegurada pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), no caso do programa de 50 milhões de Euros, pela Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e pelo Banco BPI, no caso do programa de 30 milhões de euros e pela Caixa Económica Montepio Geral no caso do programa de 15 milhões de euros.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 1,94%.

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimo Obrigacionista, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambas empréstimos vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento, Será requerida a admissão à negociação destas duas emissões obrigacionistas ao mercado da Euronext Lisbon.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2010					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	180.000.000	-	40.000.000
Juros	4.867.600	4.880.936	4.441.462	1.178.800	865.530
Papel Comercial					
Amortização	-	-	100.500.000	-	-
Juros	1.032.625	1.035.454	84.873	-	-
	5.900.225	5.916.390	285.026.335	1.178.800	40.865.530
2009					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	-	150.000.000	-
Juros	3.486.000	3.486.000	3.495.551	1.633.167	-
Papel Comercial					
Amortização	-	113.000.000	-	150.000.000	-
Juros	3.258.770	1.888.927	1.775.850	145.960	-
	6.744.770	118.374.927	5.271.401	301.779.127	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de curto prazo, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2010						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	100.500.000	49.500.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	100.000.000	-	100.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	50.000.000	21.450.000	28.550.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	5.000.000	25.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
		594.000.000	346.950.000	247.050.000		
2009						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Papel Comercial	100.000.000	80.000.000	20.000.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	33.000.000	37.000.000		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x	
Sonaecom	Contas caucionadas	15.000.000	8.435.000	6.565.000	x	
WeDo Brasil	Contas caucionadas	91.012	-	91.012	x	
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x	
		489.334.401	421.435.000	67.899.401		

Em 30 de Junho de 2010 e 2009 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste swap de taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste swap de taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 481.174 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os referidos instrumentos financeiros derivados atingiram a respectiva maturidade. Desta forma, a 30 de Junho de 2010 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de activos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 19.780.701 Euros e 21.344.398 Euros, respectivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de Junho de 2010 e 2009 era o seguinte:

	2010		2009	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2009	-	-	1.308.810	970.156
2010	3.445.714	2.315.206	3.081.391	2.081.385
2011	2.914.593	2.052.053	2.828.536	1.922.981
2012	2.910.799	2.076.147	2.828.835	2.011.524
2013	2.738.701	1.992.811	2.660.752	1.932.887
2014 e seguintes	18.444.225	14.584.369	17.391.032	13.761.315
	30.454.032	23.020.586	30.099.356	22.680.248
Juros	(7.433.446)	-	(7.877.007)	-
	23.020.586	23.020.586	22.222.349	22.680.248
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(3.239.885)	-	(1.335.850)
	23.020.586	19.780.701	22.222.349	21.344.398

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Transferências	Saldo final
2010						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	67.838.678	6.515.248	(6.428.001)	(16.674)	-	67.909.251
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.690.082	1.200.000	(35.000)	-	-	13.855.082
Provisões para outros riscos e encargos	32.175.824	821.241	(12.177)	(320.425)	-	32.664.463
	112.704.584	8.536.489	(6.475.178)	(337.099)	-	114.428.796
2009						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	75.788.067	11.157.430	(15.611.370)	(105.938)	194.177	71.422.366
Perdas de imparidade acumuladas em existências	11.273.207	2.505.225	(484.126)	(312.929)	502.706	13.484.083
Provisões para outros riscos e encargos	32.205.441	869.135	(196.635)	(427.130)	(194.177)	32.256.634
	119.266.715	14.531.790	(16.292.131)	(845.997)	502.706	117.163.083

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 294.620 Euros (894.420 Euros, em 2009) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - "Activos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), e ainda o montante de 108.916 Euros (89.850 Euros em 2009) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 22). O reforço relativo a 'Perdas de imparidade acumuladas em existências' encontra-se registado, na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'. Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 6.932.953 Euros (13.547.520 Euros em 2009).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus-Comunicações S.A., integralmente objecto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

A 30 de Junho de 2010 e 2009, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2010	2009
Desmantelamento de sites	22.503.341	21.501.561
Contingências diversas	2.914.035	4.357.356
Processos judiciais em curso	2.747.534	2.094.111
Indemnizações a liquidar	611.747	626.656
Outros	3.887.806	3.676.950
	32.664.463	32.256.634

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento "Corporate", ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro.

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("TAGUS"), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas "Magma No. 1 Securitisation Notes", às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus - Comunicações S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.561.507 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 49.579.898, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 30 de Junho de 2010 e 2009, o valor registado em 'Titularização de créditos' tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2010						
Titularização de créditos	19.561.507	19.715.568	19.868.233	9.996.097	-	69.141.405
2009						
Titularização de créditos	19.421.834	19.561.282	19.714.940	19.866.597	9.995.853	88.560.506

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

19. Outros passivos financeiros

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 3.239.885 Euros (1.335.850 Euros, em 2009) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Custos de interligação	103.607.432	100.440.216
Trabalhos especializados	29.040.608	32.292.447
Comissões	22.050.488	24.627.162
Rendas e alugueres	15.939.217	17.337.245
Outros subcontratos	14.720.757	12.812.975
Publicidade e propaganda	13.300.430	14.943.940
Aluguer de circuitos	11.087.673	12.663.058
Electricidade	5.217.391	4.702.020
Conservação e Reparação	3.230.853	2.293.564
Comunicação	2.861.182	3.354.885
Deslocações e estadas	2.561.756	2.388.513
Honorários	1.538.266	1.811.540
Outros	11.762.527	9.996.574
	236.918.580	239.664.139

Os compromissos assumidos em 30 de Junho de 2010 e 2009 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2010	2009
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2009	-	25.125.377
2010	26.162.515	42.175.342
2011	44.859.504	39.038.396
2012	41.796.024	34.244.219
2013	39.949.846	32.776.476
2014	34.992.496	27.345.059
2015	10.112.429	21.804.201
2016	31.314.362	-
Renováveis por 1 ano	3.423.236	3.869.810
	232.610.412	226.378.880

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010 foram reconhecidos 24.483.467 Euros (26.786.814 Euros, em 2009) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas 'Rendas e alugueres' e 'Alugueres de circuitos'.

A partir de 2008, para além das rendas relativas ao aluguer de edifícios a empresas do Grupo e os "rentings operacionais", foram incluídos nos compromissos assumidos com contratos de locação operacional o aluguer de "Sites" e o aluguer de circuitos, dada a natureza de tais contratos.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(6.614.570)	(10.073.853)
Empréstimos bancários	(3.590.560)	(6.024.440)
Juros titularização (Nota 18)	(1.891.223)	(2.883.449)
Juros de leasing	(496.207)	(488.408)
Juros do swap	-	(531.327)
Outros juros	(636.580)	(146.229)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(269.292)	(53.475)
Outros custos financeiros	(252.312)	(306.356)
	(7.136.174)	(10.433.684)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	2.480.481	2.596.262
Diferenças de câmbio favoráveis	999.879	518.159
	3.480.360	3.114.421

No período findo em 30 de Junho de 2010, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso. No período findo em 30 de Junho de 2009, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso e juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2010	2009
Imposto corrente	(1.819.448)	(772.632)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(7.112.087)	(2.668.886)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(349.061)	(84.246)
	(9.280.596)	(3.525.764)

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de Junho de 2010			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)
Sonae	82.581	11.092	-	(239.419)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.215.971	1.144.556	-	(85.917)
Worten	3.016.038	2.203.031	-	(920.479)
Sonae Investments BV	-	-	66.810.000	4.114
France Telecom	-	5.098.311	-	(1.431.342)
	5.314.590	8.456.990	66.810.000	(2.673.043)

	Saldos em 30 Junho de 2009			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)
Sonae	68.349	70.575	-	(94.751)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.024.205	2.236.896	-	(202.352)
Worten	7.697.439	1.536.242	-	(470.367)
Sonae Investments BV	-	-	90.000.000	7.623
France Telecom	-	5.459.303	-	(8.155.491)
	8.789.993	9.303.016	90.000.000	(8.915.338)

	Transacções durante o período findo em 30 de Junho de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	57.059	(76.617)	269.428	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.646.511	442.041	-	111.479
Worten	1.370.982	1.199.190	-	-
Sonae Investments BV	-	-	977.619	-
France Telecom	6.504.559	6.290.299	-	-
	10.579.111	7.854.913	1.247.047	111.479

	Transacções durante o período findo em 30 de Junho de 2009			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	150.672	1.073.824	(2.739)	(5.103)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	3.502.232	919.193	-	106.195
Worten	5.785.229	1.420.003	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.636.511	-
France Telecom	7.870.578	6.767.024	-	-
	17.308.711	10.180.044	1.633.772	101.092

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas com entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecon é apresentada em anexo ao presente relatório.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

24. Responsabilidades por garantias prestadas e fianças

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2010	2009
Optimus e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.350.818	33.943.883
Optimus	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	1.801.117	1.784.323
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
Optimus e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação – IVA	598.000	598.000
WeDo	Emirates Telecom. Corp., Oman Telecommunications, AD Makedonski, Telcel e Pak Telecom	Boa execução de trabalhos a realizar	819.356	-
Optimus	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	431.954	306.954
WeDo, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projecto "HERMES" - QREN	327.730	327.730
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	310.086	289.459
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	256.821	288.595
Optimus e Digitmarket	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços	-	159.859
We Do	API	Candidatura PRIME	-	184.004
Optimus	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	-	119.703
Várias	Outros		1.048.124	1.527.412
			15.969.885	40.555.802

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso, a Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.830.506 euros e, a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 6.935.848 euros.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.



12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Actividades de Holding.

As restantes actividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transacções ocorridas nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de Junho de 2010 e 2009, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	383.091.082	397.441.769	15.302.756	15.172.549	67.398.579	82.133.377	3.232.518	3.582.626	110.400	110.400	469.135.335	498.440.721	(18.805.226)	(16.860.598)	450.330.109	481.580.123
Outros proveitos operacionais	3.809.163	3.478.039	118.351	102.156	200.529	319.207	5.052	-	-	-	4.133.095	3.899.402	(1.346.520)	(1.573.969)	2.786.575	2.325.433
Total de proveitos	386.900.245	400.919.808	15.421.107	15.274.705	67.599.108	82.452.584	3.237.570	3.582.626	110.400	110.400	473.268.430	502.340.123	(20.151.746)	(18.434.567)	453.116.684	483.905.556
Amortizações e depreciações	(64.442.376)	(78.106.228)	(740.762)	(751.903)	(2.072.145)	(912.603)	(58.814)	(65.576)	(14.881)	(14.403)	(67.328.978)	(79.850.713)	490.530	795.380	(66.838.448)	(79.055.333)
Resultado operacional do segmento	32.539.853	12.370.702	(1.045.639)	(2.424.041)	1.850.116	2.967.147	(700.709)	(950.834)	57.027	87.301	32.700.648	12.050.275	(27.372)	386.574	32.673.276	12.436.849
Juros líquidos	(4.218.997)	(5.236.272)	(46.139)	(56.406)	(174.080)	(50.704)	531.364	(2.116.494)	(11.089)	(17.712)	(3.918.941)	(7.477.588)	(215.147)	(3)	(4.134.088)	(7.477.591)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados financeiros	(291.693)	(223.761)	(4.899)	(8.309)	854.224	438.808	(7.908.418)	(4.448.369)	(40)	(40)	(7.350.826)	(4.241.671)	7.829.100	4.399.999	478.274	158.328
Impostos sobre o rendimento	(8.078.259)	(2.508.267)	27.012	(220.529)	(1.134.349)	(1.733.824)	(155.607)	651.753	(10.721)	(18.376)	(9.351.924)	(3.829.243)	71.328	303.479	(9.280.596)	(3.525.764)
Resultado líquido consolidado do exercício	19.950.904	4.402.402	(1.069.665)	(2.709.285)	1.395.911	1.621.427	(8.233.370)	(6.863.944)	35.177	51.173	12.078.957	(3.498.227)	7.657.909	5.090.049	19.736.866	1.591.822
Atribuível a:																
Accionistas da empresa mãe	19.950.904	4.402.402	(1.069.665)	(2.709.285)	1.289.134	1.457.052	(8.233.370)	(6.863.944)	35.177	51.173	11.972.180	(3.662.602)	7.661.415	5.082.373	19.633.595	1.419.771
Minoritários	-	-	-	-	106.777	164.375	-	-	-	-	106.777	164.375	(3.506)	7.676	103.271	172.051
Activos:																
Activos fixos tangíveis e intangíveis e Goodwill	839.981.752	829.681.260	5.028.825	6.314.653	68.400.471	62.707.453	486.887	608.726	1.584.870	1.589.108	915.482.805	900.901.200	456.693.539	457.028.927	1.372.176.344	1.357.930.127
Existências	24.570.219	19.652.665	564.647	630.431	1.424.097	838.968	-	-	-	-	26.558.963	21.122.064	-	-	26.558.963	21.122.064
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	436.509	436.509	907.494	907.494	1.125.347.238	1.074.304.051	-	-	1.127.973.266	1.076.930.079	(1.126.765.946)	(1.075.722.759)	1.207.320	1.207.320
Outros Activos não correntes	114.690.876	122.221.656	60.992	33.564	899.358	582.041	402.604.873	488.490.611	-	(17.387)	518.256.099	611.310.485	(403.307.793)	(488.844.188)	114.948.306	122.466.297
Outros activos correntes do segmento	260.978.178	398.094.289	9.439.240	9.967.462	51.070.176	46.535.947	77.922.738	114.232.257	75.191	80.165	399.485.523	568.910.120	(93.872.389)	(114.388.177)	305.613.134	454.521.943
Total	1.241.503.050	1.370.931.895	15.530.213	17.382.619	122.701.596	111.571.903	1.606.361.736	1.677.635.645	1.660.061	1.651.886	2.987.756.656	3.179.173.948	(1.167.252.589)	(1.221.926.197)	1.820.504.067	1.957.247.751
Passivos:																
Passivos do segmento	757.172.940	909.358.195	15.997.347	19.534.231	70.109.731	56.258.664	416.068.201	500.180.855	1.476.747	1.450.831	1.260.824.966	1.486.782.776	(393.830.939)	(460.335.231)	866.994.027	1.026.447.545
	757.172.940	909.358.195	15.997.347	19.534.231	70.109.731	56.258.664	416.068.201	500.180.855	1.476.747	1.450.831	1.260.824.966	1.486.782.776	(393.830.939)	(460.335.231)	866.994.027	1.026.447.545
Aumentos do activo fixo tangível e intangível	50.098.745	52.101.283	259.984	333.552	6.493.466	1.443.313	4.001.210	107.261	25.046	-	60.878.451	53.985.409	(4.984.771)	(799.109)	55.893.680	53.186.300

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móveis e fixos, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009	Junho 2010	Junho 2009
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	288.074.128	298.827.730	120.256.974	124.291.831	(25.240.020)	(25.677.792)	383.091.082	397.441.769
Outros proveitos operacionais	16.586.132	17.436.258	582.430	451.857	(13.359.399)	(14.410.076)	3.809.163	3.478.039
Total de proveitos	304.660.260	316.263.988	120.839.404	124.743.688	(38.599.419)	(40.087.868)	386.900.245	400.919.808
Amortizações e depreciações	(47.289.264)	(58.252.933)	(17.073.231)	(19.826.976)	(79.881)	(26.319)	(64.442.376)	(78.106.228)
Resultado operacional do segmento	47.063.293	30.640.705	(14.479.078)	(18.153.384)	(44.362)	(116.619)	32.539.853	12.370.702
Activos:								
Activos fixos tangíveis e Diferenças de consolidação	658.527.667	652.374.055	181.454.085	177.307.205	-	-	839.981.752	829.681.260
Existências	20.849.489	14.479.898	3.720.730	5.172.767	-	-	24.570.219	19.652.665
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos do activo fixo tangível	37.913.369	31.758.083	12.185.376	20.343.200	-	-	50.098.745	52.101.283

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros Sonaecom
2010					
Telecomunicações	-	38.396	14.053.123	3.061.103	110.400
Multimédia	673.879	-	97.295	71.892	-
Sistemas de Informação	507.409	31.082	-	96.124	-
Actividades de Holding	32.553	1.800	28.697	-	-
Outros Sonaecom	704	-	-	769	-
Outros	381.876.537	15.231.478	53.219.464	2.630	-
	383.091.082	15.302.756	67.398.579	3.232.518	110.400
2009					
Telecomunicações	-	85.663	11.770.737	3.412.486	110.400
Multimédia	599.912	-	133.113	68.930	-
Sistemas de Informação	469.079	45.136	-	104.032	-
Actividades de Holding	31.801	1.800	31.541	-	-
Outros Sonaecom	704	-	-	740	-
Outros	396.340.273	15.039.950	70.197.986	1.914	-
	397.441.769	15.172.549	82.133.377	3.582.626	110.400

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (19.633.595 Euros em 2010 e 1.419.771 Euros em 2009) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, deduzidas das acções próprias (358.252.280 em 2010 e 359.969.394 em 2009).

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30 Junho 2010	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções/acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	387	1.662.752
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	403	3.553.066
Plano 2009	1,685	10-Mar-10	08-Mar-13	408	2.498.790
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,680	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	1,160	10-Mar-08	09-Mar-11	4	186.234
Plano 2008	0,526	10-Mar-09	09-Mar-12	4	389.258
Plano 2009	0,761	10-Mar-10	08-Mar-13	4	302.131

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2009				
Ainda diferidas	1.192	6.575.867	17	877.654
Total	1.192	6.575.867	17	877.654
Movimentos no período				
Atribuídas	408	2.498.790	4	290.000
Vencidas	(381)	(943.725)	(5)	(131.764)
Vencidas antecipadamente	(3)	(28.459)	-	-
Canceladas/Extintas/ Corrigidas ⁽¹⁾	(18)	(387.865)	(4)	(158.267)
Saldo a 30.06.2010				
Ainda diferidas	1.198	7.714.608	12	877.623
Total	1.198	7.714.608	12	877.623

(1) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2009, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção dos planos atribuídos em 2009 e 2010, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 3.360.849 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado, com excepção do plano atribuído em 2010, que não está coberto e cuja responsabilidade é calculada com base à data de balanço. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

12.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de Junho de 2010, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	23.493.468
Custos reconhecidos no período	1.773.388
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(20.035.730)
Custos dos planos exercidos no período	(1.317.695)
Total de custos dos Planos	3.904.549
Registados em 'Outros passivos correntes'	182.094
Registados em 'Outros passivos não correntes'	361.606
Registado em Reservas	3.360.849

28. Outros Assuntos

Em 30 de Junho de 2010, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de 'Outros activos correntes' no valor de 411.649 Euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6.856.200 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Julho de 2010.

A 30 de Junho de 2010, as partes relacionadas do Grupo Sonaecom são como segue:

Pessoal chave gerência

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Gervais Pellissier
Álvaro Cuervo Garcia	Jean François Pontal
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	José Manuel Pinto Correia
Ana Paula Garrido Pina Marques	Luís Filipe Palmeira Lampreia
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bon
Artur Carlos Gomes Loureiro	Miguel Nuno Santos Almeida
Belmiro de Azevedo	Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
David Hobley	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Rui José Silva Goncalves Paiva
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	
Franck Emmanuel Dangeard	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beeskow Holzwerkstoffe
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Beralands BV
Adlands B.V.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aegean Park, S.A.	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	BDM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boulangier España, SL
Airone – Shopping Center, Srl	Box Lines Navegação, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Campo Limpo, Lda
ALEXA Administration GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Cascaishoping – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishoping Holding I, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
Arat inmebles, S.A.	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Centro Residencial da Maia,Urbán., S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.

Anexo (continuação)

Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Fashion Division, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Cinclus Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Friengineering International Ltda
Colombo Towers Holding, BV	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	GHP Gmbh
Cooper Gay (Holding) Limited	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Coral - Correctores de Seguros, SA	Global S – Hipermercado, Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S	Glunz Uka Gmbh
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retailista, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo II	HIPOTÉTICA – Comércio Retailista, SA
Edições Book.it, S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic, Lteé	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Farmácia Seleccion, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.

Anexo (continuação)

<p>Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A. Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A. Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. Imosona II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação – Imobiliária, S.A. Infocfield – Informática, S.A. Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A. Integrum – Serviços Partilhados, S.A. Interclean, S.A. Interlog – SGPS, S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Invsaude – Gestão Hospitalar, S.A. Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A. ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç Isoroy SAS JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A. KLC Holdings XII S.A. La Farga – Shopping Center, SL Larim Corretora de Resseguros Ltda Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. Lazam Corretora, Ltda. LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl Lembo Services Ltd (Euro) Libra Serviços, Lda. Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. Lima Retail Park, S.A. Loureshopping – Centro Comercial, S.A. Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A. Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. Maiashopping – Centro Comercial, S.A. Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda Marcas MC, ZRT Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária Marina de Tróia S.A. Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda</p>	<p>Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. MC Property Management S.A. MC SGPS, S.A. MDS Consultores, S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A. Megantic BV Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A. Modelo Continente Hipermercados, S.A. Modelo Continente, SGPS, S.A. Modelo Hiper Imobiliária, S.A. Modelo Hipermercados Trading, S.A. Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. Monselice Centre Srl Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A. NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A. NA – Equipamentos para o Lar, S.A. NAB, Sociedade Imobiliária, S.A. Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A. Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV Norteshopping – Centro Comercial, S.A. Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T, Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Novobord (PTY) Ltd. Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A. Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. OSB Deustchland Gmbh Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.</p>
---	--

Parque Principado SL	Proj.Sierra Portugal VII – C. Comerc., S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project 4, Srl
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project SC 1 BV
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project SC 2 BV
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 1 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 10 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 2 B.V.
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 3 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 4 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 6 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra 7 BV
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra 8 BV
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra 9 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Italy 5 Srl
Ploi Mall BV	Project Sierra One Srl
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Spain 1 B.V.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Poliface North America	Project Sierra Spain 2 B.V.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Spain 5 BV
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Pridelease Investments, Ltd	Project Sierra Three Srl
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Project Sierra Two Srl
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	PublIMEIOS – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Portugal IV – C.Comerc., S.A.	River Plaza Mall, Srl
Proj.Sierra Portugal V – C.Comercial, S.A.	Rochester Real Estate, Limited

<p>RSI Corretora de Seguros Ltda S. C. Setler Mina Srl S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. SC – Consultadoria, S.A. SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Mediterraneum Cosmos B.V. SCS Beheer, BV Selfrio – Engenharia do Frio, S.A. Selfrio,SGPS, S.A. Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A. SIAL Participações Ltda Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A. Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl Sierra Berlin Holding BV Sierra Brazil 1 B.V. Sierra Central S.A.S Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. Sierra Development Greece, S.A. Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Services Srl Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.</p>	<p>Sierra GP Limited Sierra Investimentos Brasil Ltda Sierra Investments (Holland) 1 B.V. Sierra Investments (Holland) 2 B.V. Sierra Investments Holding B.V. Sierra Investments SGPS, S.A. Sierra Italy Holding B.V. Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A. Sierra Management Germany GmbH Sierra Management Hellas S.A. Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A. Sierra Management Italy S.r.l. Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A. Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A. Sierra Management, SGPS, S.A. Sierra Portugal Fund, Sarl Sierra Property Management, Srl SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A. SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A. SKK – Central de Distr., S.A. SKK SRL SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos SMP – Serv. de Manutenção Planeamento Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A. Sociedade de Construções do Chile, S.A. Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A. Société de Tranchage Isoroy S.A.S. Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A. Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A. Soconstrução BV Sodesa, S.A. Soflorin, BV Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A. Solaris Supermercados, S.A. Solinca – Investimentos Turísticos, S.A. Solinca III – Desporto e Saúde, S.A. Solinfitness – Club Malaga, S.L. Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A. Sonae Capital Brasil, Lda Sonae Capital,SGPS, S.A. Sonae Center Serviços, S.A. Sonae Centre II S.A. Sonae Financial Participations BV Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.</p>
---	--

Anexo (continuação)

<p>Sonae Indústria - SGPS, S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos, S.A. Sonae Investments, BV Sonae Novobord (PTY) Ltd Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana - Servicios Gen., S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo - SGPS, S.A. Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A. Sonae UK, Ltd. Sonaecenter Serviços, S.A. Sonaegest - Soc.Gest.Fundos Investimentos Sondis Imobiliária, S.A. Sontaria - Empreend.Imobiliários, S.A. Sontel BV Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products, Ltd SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A. Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A. Sport Zone - Comércio Art.Desporto, S.A. SRP Development, SA SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. Tableros Tradema, S.L. Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL Tafibras Participações, S.A. Tafisa - Tableros de Fibras, S.A. Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa France, S.A.</p>	<p>Tafisa UK, Ltd Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS Tavapan, S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente, S.A. Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda Textil do Marco, S.A. Tlantic Portugal - Sist. de Informação, S.A. Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias - Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool GmbH Torre Colombo Ocidente - Imobiliária, S.A. Torre Colombo Oriente - Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel - Imobiliária, S.A. TP - Sociedade Térmica, S.A. Troia Market - Supermercados, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort - Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde - Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar - Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga - Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina - Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vuelta Omega, S.L. WELL W - Electrodomésticos e Equip., SA World Trade Center Porto, S.A. Worten - Equipamento para o Lar, S.A. Worten España, S.A. Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.</p>
---	---

Empresas do Grupo FT

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

SONAECOM, S.G.P.S.S.A.
(Montantes expressos em Euros)

Balanços

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Junho 2010	Junho 2009	Dezembro 2009
ACTIVO				
Activos não correntes:				
Activos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	469.467	567.812	516.887
Activos intangíveis	1.b) e 3	17.419	40.914	27.603
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	934.826.790	899.555.905	925.155.905
Outros activos não correntes	1.c), 1.l), 1.m), 4 e 6	615.945.016	638.212.223	635.868.036
Impostos diferidos activos	1.k), 1.m) e 7	-	670.529	-
Total de activos não correntes		1.551.258.692	1.539.047.383	1.561.568.431
Activos correntes:				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	5.294.467	86.873.209	7.618.844
Outros activos correntes	1.l), 1.m)	4.725.974	5.621.868	7.001.871
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	2.184.566	12.824.302	3.189.749
Total de activos correntes		12.205.007	105.319.379	17.810.464
Total activo		1.563.463.699	1.644.366.762	1.579.378.895
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.o) e 11	(13.725.585)	(11.703.596)	(12.809.015)
Reservas	1.n)	788.129.326	795.637.403	795.738.278
Resultado líquido do período		6.757.599	(6.007.066)	(6.056.465)
Total do capital próprio		1.147.408.208	1.144.173.609	1.143.119.666
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	319.137.036	411.128.478	298.531.561
Provisões para outros riscos e encargos	1.j) e 13	52.773	514.634	41.634
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m), 1.r)	301.343	168.726	247.722
Impostos diferidos passivos	1.k), 1.m) e 7	138.110	-	10.480
Total de passivos não correntes		319.629.262	411.811.838	298.831.397
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.g) 4, e 12.b)	94.270.582	86.045.928	134.585.855
Outras dívidas a terceiros	4	991.124	944.301	798.465
Outros passivos correntes	1.l), 1.m), 1.r)	1.164.523	1.391.086	2.043.512
Total de passivos correntes		96.426.229	88.381.315	137.427.832
Total do passivo e capital próprio		1.563.463.699	1.644.366.762	1.579.378.895

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Junho 2010	Junho 2009	Dezembro 2009
Prestações de serviços	16	3.244.692	3.599.909	7.114.067
Outros proveitos operacionais	1f)	5.052	(5.518)	23.247
		3.249.744	3.594.391	7.137.314
Fornecimentos e serviços externos	14 e 16	(1.552.723)	(1.598.719)	(3.548.014)
Custos com o pessoal	1r)	(2.197.803)	(2.325.942)	(4.612.452)
Amortizações e depreciações	1a), 1b), 1q), 2 e 3	(58.814)	(65.576)	(134.923)
Provisões e perdas de imparidade	1j), 1q) e 13	-	(450.014)	(14)
Outros custos operacionais		(91.295)	(44.840)	(92.792)
		(3.900.635)	(4.485.091)	(8.388.195)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	15	6.366.323	(4.020.000)	(6.071.000)
Outros custos financeiros	1c), 1h), 1q), 12, 15 e 16	(3.694.872)	(7.319.246)	(10.904.516)
Outros proveitos financeiros	1c), 12, 15 e 16	4.898.203	5.573.771	12.240.316
Resultados correntes		6.918.763	(6.656.175)	(5.986.081)
Imposto sobre o rendimento	1k) e 7	(161.164)	649.109	(70.384)
Resultado líquido do período		6.757.599	(6.007.066)	(6.056.465)
Resultados por acção	18			
Incluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,02	(0,02)	(0,02)
Diluídos		0,02	(0,02)	(0,02)
Excluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,02	(0,02)	(0,02)
Diluídos		0,02	(0,02)	(0,02)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

	Notas	Junho 2010	Junho 2009
Resultado líquido do período		6.757.599	(6.007.066)
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto:			
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.i) e 12	-	307.068
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	307.068
Rendimento integral do período		6.757.599	(5.699.998)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A.
(Montantes expressos em Euros)

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

	Reservas										Total	
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos Incentivo de Médio Prazo (Nota 19)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido		
2010												
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	775.290.377	1.985.181	361.418	12.809.015	-	5.292.287	795.738.278	(6.056.465)	1.143.119.666	
Aplicação do resultado líquido de 2009	-	-	-	-	-	-	-	(6.056.465)	(6.056.465)	6.056.465	-	
Utilização da reserva legal para cobertura de prejuízos acumulados	-	-	-	(764.178)	-	-	-	764.178	-	-	-	
Rendimento integral do período findo em 30 de Junho de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.757.599	6.757.599	
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	2.581.036	-	-	(69.962)	(2.581.036)	-	1.012.560	(1.638.438)	-	942.598	
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	85.951	-	-	-	85.951	-	85.951	
Aquisição de acções próprias	-	(3.497.606)	-	-	-	3.497.606	-	(3.497.606)	-	-	(3.497.606)	
Saldo em 30 Junho de 2010	366.246.868	(13.725.585)	775.290.377	1.221.003	377.407	13.725.585	-	(2.485.046)	788.129.326	6.757.599	1.147.408.208	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

	Reservas										
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos Incentivo de Médio Prazo (Nota 19)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2009											
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	775.290.377	1.002.287	-	13.499.750	(307.068)	(13.792.204)	775.693.142	19.657.889	1.148.098.149
Aplicação do resultado líquido de 2008	-	-	-	982.894	-	-	-	18.674.995	19.657.889	(19.657.889)	-
Rendimento integral do período findo em 30 de Junho de 2009	-	-	-	-	-	-	307.068	-	307.068	(6.007.066)	(5.699.998)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.784.046	-	-	-	(3.784.046)	-	3.651.222	(132.824)	-	3.651.222
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	228.527	-	-	-	228.527	-	228.527
Efeito da liquidação de contratos com liquidação em acções	-	-	-	-	-	-	-	(116.399)	(116.399)	-	(116.399)
Aquisição de acções próprias	-	(1.987.892)	-	-	-	1.987.892	-	(1.987.892)	-	-	(1.987.892)
Saldo em 30 Junho de 2009	366.246.868	(11.703.596)	775.290.377	1.985.181	228.527	11.703.596	-	6.429.722	795.637.403	(6.007.066)	1.144.173.609

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS (continuação)

SONAECON, S.G.P.S., S.A.
(Montantes expressos em Euros)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

	Junho de 2010		Junho de 2009	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(2.564.590)		(2.572.985)	
Fluxo gerado pelas operações	(2.564.590)		(2.572.985)	
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(641.125)		(766.641)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	4.548.139		1.462.249	
Fluxo das actividades operacionais (1)	1.342.424	1.342.424	(1.877.376)	(1.877.376)
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	15.788.458		700.000	
Juros e proveitos similares	7.980.428		10.975.868	
Empréstimos concedidos	6.820.000		-	
Dividendos recebidos	10.500.000	41.088.886	3.480.000	15.155.868
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(16.490.000)		(65.200)	
Activos fixos tangíveis	-		(106.223)	
Activos intangíveis	(1.210)		(339)	
Empréstimos concedidos	-	(16.491.210)	(126.255.000)	(126.426.762)
Fluxos das actividades de investimento (2)		24.597.676		(111.270.894)
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	70.000.000	70.000.000	293.367.510	293.367.510
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(3.724.671)		(9.834.949)	
Aquisição de acções próprias	(3.497.605)		(1.987.893)	
Empréstimos obtidos	(89.723.007)	(96.945.283)	(205.671.010)	(217.493.851)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(26.945.283)		75.873.659
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(1.005.183)		(37.274.612)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		3.189.749		50.098.913
Caixa e seus equivalentes no final do período		2.184.566		12.824.302

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009

	Junho de 2010	Junho de 2009
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Outras actividades empresariais		
Prestações acessórias na Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	-	-
Reembolso de Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	15,788,458	-
Prestações acessórias na Sonae com Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A.	-	700,000
	15,788,458	700,000
b) Outras actividades empresariais		
Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	15,000,000	-
Aumento capital social na Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	1,490,000	-
Aumento capital social na Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.	-	65,200
	16,490,000	65,200
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	10,454	10,548
Depósitos à ordem	179,112	47,754
Aplicações de Tesouraria	1,995,000	12,766,000
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-
Caixa e seus equivalentes	2,184,566	12,824,302
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	2,184,566	12,824,302
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	247,050,000	63,565,000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Gervais Gilles Pellissier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

António Sampaio e Mello

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para

296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 30 de Junho de 2010:

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10 *	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2008	1-Jan-10
<i>Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.</i>		<i>Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.</i>	
IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adoção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jan-10		
<i>Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRSs em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.</i>		A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.	
IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo)	1-Jan-10	As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:	
<i>Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.</i>			
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	26-Mar-09 *	Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<i>Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.</i>		IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Feb-10
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10 *	<i>Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.</i>	
<i>Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido</i>		As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:	
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09 *	Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<i>Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.</i>		IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adoção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jul-10
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Nov-09 *	<i>Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.</i>	
<i>Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.</i>		IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)	1-Jan-13
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 01-Nov-09 *	<i>Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.</i>	
<i>Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis "dos clientes".</i>		Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)	1-Jan-11
		<i>A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.</i>	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)	1-Jan-11
<i>Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.</i>	
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)	1-Jul-10
<i>Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.</i>	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2008/2010	Várias (a mais próxima em 01-Jul-10)
<i>Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.</i>	

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 30 de Junho de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	3-8
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros activos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfaseamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente

reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") quando utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonae com é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros activos correntes", "Outros activos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

n) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em acções', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Assim, em 30 de Junho de 2010, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 4 milhões de euros.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2010		2009	
	30 Junho	Média	30 Junho	Média
Libra inglesa	1,22332	1,15039	1,17357	1,11959
Dólar americano	0,81493	0,75593	0,70751	0,75125

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Activos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Acções'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 30 de Junho de 2010, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os swaps de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nacionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual

de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.



12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

2. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2010						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2009	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Saldo final em 30.06.2010	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2009	347.862	17.977	170	216.945	189	583.143
Amortizações do período	30.272	4.112	-	12.972	64	47.420
Saldo final em 30.06.2010	378.134	22.089	170	229.917	253	630.563
Valor líquido	343.031	24.236	1	101.833	366	469.467
2009						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2008	679.443	46.325	171	328.207	103	1.054.249
Adições	41.722	-	-	-	-	41.722
Saldo final em 30.06.2009	721.165	46.325	171	328.207	103	1.095.971
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2008	276.753	9.607	92	185.127	103	471.682
Amortizações do período	35.380	4.258	43	16.796	-	56.477
Saldo final em 30.06.2009	312.133	13.865	135	201.923	103	528.159
Valor líquido	409.032	32.460	36	126.284	-	567.812

As adições do período de 2009 incluem, essencialmente, obras em edifícios alheios.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

3. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2010				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2009	6.650	182.283	376	189.309
Adições	1.210	-	-	1.210
Saldo final em 30.06.2010	7.860	182.283	376	190.519
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2009	6.259	155.447	-	161.706
Amortizações do período	361	11.033	-	11.394
Saldo final em 30.06.2010	6.620	166.480	-	173.100
Valor líquido	1.240	15.803	376	17.419

2009				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	6.650	168.027	13.917	188.594
Adições	-	339	-	339
Saldo final em 30.06.2009	6.650	168.366	13.917	188.933
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	5.630	133.290	-	138.920
Amortizações do período	344	8.755	-	9.099
Saldo final em 30.06.2009	5.974	142.045	-	148.019
Valor líquido	676	26.321	13.917	40.914

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

4. Classes de Investimentos financeiros

A 30 de Junho de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010							
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes (Nota 6)	-	615.945.016	-	-	615.945.016	-	615.945.016
	-	615.945.016	-	-	615.945.016	-	615.945.016
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	-	3.704.875	-	-	3.704.875	1.589.592	5.294.467
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	2.184.566	-	-	2.184.566	-	2.184.566
	-	5.889.441	-	-	5.889.441	1.589.592	7.479.033

	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2009							
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes (Nota 6)	-	638.212.223	-	-	638.212.223	-	638.212.223
	-	638.212.223	-	-	638.212.223	-	638.212.223
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	-	85.653.653	-	-	85.653.653	1.219.556	86.873.209
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	12.824.302	-	-	12.824.302	-	12.824.302
	-	98.477.955	-	-	98.477.955	1.219.556	99.697.511

	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010							
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	-	-	319.137.036	-	319.137.036	-	319.137.036
	-	-	319.137.036	-	319.137.036	-	319.137.036
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	-	-	94.270.582	-	94.270.582	-	94.270.582
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	655.405	655.405	335.719	991.124
	-	-	94.270.582	655.405	94.925.987	335.719	95.261.706

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

	Passivos registados ao		Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
	justo valor através de resultados	Derivados de cobertura					
2009							
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 12)	-	-	411.128.478	-	411.128.478	-	411.128.478
	-	-	411.128.478	-	411.128.478	-	411.128.478
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	-	-	86.045.928	-	86.045.928	-	86.045.928
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	647.640	647.640	296.661	944.301
	-	-	86.045.928	647.640	86.693.568	296.661	86.990.229

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2010	2009
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus", anteriormente designada Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.)	764.876.231	764.876.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	107.289.987	105.799.987
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	26.641.587
Sonaetelecom BV	44.209.902	44.209.902
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	8.230.885	50.000
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Sonaecom BV	20.000	20.000
	981.436.692	946.165.807
Perdas de imparidade (Nota 13)	(46.609.902)	(46.609.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	934.826.790	899.555.905

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, foram como segue:

Empresa	Saldo				Saldo
	31.12.2009	Aumentos	Diminuições	Transferências	30.06.2010
Optimus	764.876.231	-	-	-	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	1.490.000	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Sonaecom BV	20.000	-	-	-	20.000
Be Artis	50.000	-	-	8.180.885	8.230.885
	971.765.807	1.490.000	-	8.180.885	981.436.692
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	-	-	-	(46.609.902)
	925.155.905	1.490.000	-	8.180.885	934.826.790

Empresa	Saldo				Saldo
	31.12.2008	Aumentos	Diminuições	Transferências	30.06.2009
Optimus	749.628.393	65.200	-	15.182.638	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Tele 2	13.076.489	-	-	(13.076.489)	-
Sonaecom BV	100.000	-	(80.000)	-	20.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	944.074.458	65.200	(80.000)	2.106.149	946.165.807
Imparidades (Nota 13)	(45.977.902)	(632.000)	-	-	(46.609.902)
	898.096.556	(566.800)	(80.000)	2.106.149	899.555.905

Com efeitos contabilísticos a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, foi efectuada a fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Optimus - Comunicações, S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

No período findo em 30 de Junho de 2009, o valor de 15.182.638 Euros de Transferências ao nível da Optimus corresponde ao valor da participação na Tele 2, e ao reforço de prestações acessórias no montante de 2.106.149 Euros, efectuadas nos termos do projecto de fusão anteriormente referido.

No período findo em 30 de Junho de 2010, o valor de 8.180.885 Euros de Transferências ao nível da Be Artis corresponde à cobertura de prejuízos desta entidade através da utilização de prestações acessórias (Nota 6).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.820.504.067 Euros, um passivo consolidado de 866.994.027 Euros, proveitos operacionais consolidados de 453.116.684 Euros e capitais próprios consolidados de 953.510.040 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a accionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o período findo em 30 de Junho de 2010 de 19.633.595 Euros.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas directamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	2010			2009		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus	Maia	53,54%	511.325.116	(2.797.388)	53,54%	512.559.166	3.007.278
Sonae Telecom	Maia	100%	165.256.324	(33.873)	100%	174.597.447	(12.933)
Sonae com SI	Maia	100%	37.070.016	439.960	100%	43.865.809	650.177
Miauger	Maia	100%	1.288.035	(1.032.806)	100%	714.794	(168.634)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.035.202	(5.295.121)	100%	(8.427.882)	(371.943)
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	(17.023.213)	(566.553)	100%	(15.115.361)	(92.003)
Be Artis	Maia	100%	106.166.813	(2.558.152)	100%	111.003.356	319.940

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, SA e da Sonaecom BV, participações adicionais na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86% (37,94% em 2009) e 10,60% (8,52% em 2009) respectivamente, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de informação	11,22%

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

6. Outros activos não correntes

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
ACTIVOS FINANCEIROS:		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	258.345.000	325.170.000
Sonaecom BV	213.668.000	130.197.000
Sonaetelecom BV	17.741.000	28.246.000
Sonae com SI	16.800.000	100.000
Lugares Virtuais	1.530.000	900.000
Wedo Consulting	1.490.000	-
	509.574.000	484.613.000
Prestações acessórias:		
Be Artis	107.459.115	115.640.000
Sonaetelecom BV	26.500.000	11.500.000
Sonae Telecom SGPS	-	15.788.458
Miauger	800.000	-
Sonae com SI	-	32.874.188
	134.759.115	175.802.646
	644.333.115	660.415.646
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(28.388.099)	(22.203.423)
	615.945.016	638.212.223

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' e 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

Empresa	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	387.555.000	87.090.000	(100.660.000)	(8.180.885)	365.804.115
Sonaecom BV	199.088.000	22.840.000	(8.260.000)	-	213.668.000
Sonaetelecom BV	40.021.000	19.420.000	(15.200.000)	-	44.241.000
Sonae com SI	7.350.000	9.450.000	-	-	16.800.000
Lugares Virtuais	1.030.000	600.000	(100.000)	-	1.530.000
Wedo Consulting	8.490.000	-	(7.000.000)	-	1.490.000
Miauger	800.000	-	-	-	800.000
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	(15.788.458)	-	-
	660.122.458	139.400.000	(147.008.458)	(8.180.885)	644.333.115

Empresa	2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus	-	2.106.149	-	(2.106.149)	-
Be Artis	306.420.000	134.550.000	(160.000)	-	440.810.000
Sonaecom BV	138.887.000	2.940.000	(11.630.000)	-	130.197.000
Sonaetelecom BV	38.901.000	845.000	-	-	39.746.000
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	-	-	15.788.458
Sonae com SI	33.964.187	100.000	(1.089.999)	-	32.974.188
Lugares Virtuais	900.000	-	-	-	900.000
Tele 2	2.106.149	-	(2.106.149)	-	-
	536.966.794	140.541.149	(14.986.148)	(2.106.149)	660.415.646

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 1,70% e 2,38%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado durante o período no montante de 4.133.678 Euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua antiguidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos activos por impostos feridos no período findo em 30 Junho 2010 e 2009 foi como se segue:

	2010	2009
Saldo inicial	-	-
Efeito em resultados		
Registo de impostos diferidos decorrentes da aplicação do RETGS	-	551.279
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	-	119.250
Saldo final	-	670.529

O movimento ocorrido no passivo por impostos diferidos no período findo em 30 Junho de 2010 e 2009 foi como se segue:

	2010	2009
Saldo inicial	10.480	-
Efeito em resultados		
Resultados Fiscais	138.110	-
Ajustamentos IAS	(10.480)	-
Saldo final	138.110	-

Em 30 de Junho de 2010, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Ajustamentos para IAS/ IFRS	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	24.089.868	(257.440)	(149.858)	23.682.570	5.914.533
2007	54.563.604	81.031	(537.036)	54.107.599	13.520.060
2008	-	55.359	9.893.940	9.949.299	2.636.564
2009	-	(56.857)	9.903.475	9.846.618	2.609.354
	78.653.472	(177.907)	71.789.203	150.264.768	38.640.362

Em 30 Junho de 2010, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos activos/passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes activos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado no período findo em 30 de Junho de 2010 e 2009 é como se segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	6.918.763	(6.656.175)
Imposto 25%	(1.729.691)	1.664.044
Tributação autónoma e derrama	(33.534)	(21.420)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 13)	(1.033.420)	(1.875.000)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	2.635.481	881.485
Impostos registados no período	(161.164)	649.109

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2006 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2010.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Outros devedores	3.706.805	85.655.583
Estado e outros entes públicos	1.589.592	1.219.556
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(1.930)	(1.930)
	5.294.467	86.873.209

O valor registado na rubrica 'Outros devedores' em 30 de Junho de 2009 dizia respeito, essencialmente, ao adiantamento no montante de 80 milhões de Euros, efectuado à Sonaecom BV para aquisição da participação de 8,52% detida por aquela empresa na Optimus - Comunicações, S.A. Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica incluía ainda saldos a receber de diversas empresas do grupo, referentes a débitos emitidos relativos a juros de suprimentos, a juros de aplicações de tesouraria e a diversos serviços prestados.

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 30 de Junho de 2010 e 2009, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2010	2009
Numerário	10.454	10.548
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	179.112	47.754
Aplicações de tesouraria	1.995.000	12.766.000
	2.184.566	12.824.302

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2010	2009
Wedo	1.530.000	9.658.000
Lugares Virtuais	245.000	1.050.000
Público	220.000	1.070.000
Optimus	-	988.000
	1.995.000	12.766.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de Junho de 2010, venceram juros a uma taxa média de 1,17% (2,47% em 2009).

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

10. Capital social

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	193.874.470	52,94%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	70.109.264	19,14%	62.569.173	17,08%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	-	-
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	-	-
Acções próprias	8.264.325	2,26%	6.564.202	1,79%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	-	-
Sonae	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
093X (EDP)	-	-	29.150.000	7,96%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Acções próprias

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, a Sonaecom entregou a colaboradores do Grupo um total de 972.184 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de Junho de 2010, a Empresa adquiriu 2.066.935 novas acções (a um preço médio de 1,69 Euros), detendo no final do período 8.264.325 acções próprias, representativas de 2,26% do seu capital social, a um preço médio de 1,66 Euros.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

12. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2010	2009
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun 13	Final	150.000.000	150.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar 15	Final	40.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev 13	Final	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.221.078)	(2.162.587)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	746.403	87.150
				218.525.325	147.924.563
Papel comercial	150.000.000	Jul 12	-	100.500.000	150.000.000
	100.000.000	Jul 10	-	-	80.000.000
	50.000.000	Mai 11	-	-	33.000.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	111.711	203.915
				100.611.711	263.203.915
				319.137.036	411.128.478

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa - Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três Programas de Emissões de Papel Comercial, até ao montante de 50 milhões, 30 milhões e 15 milhões respectivamente, contratados em Janeiro de 2005 e Março de 2010, respectivamente, com garantia de subscrição e com maturidades de até um ano, eventualmente renováveis.

A garantia de colocação é actualmente assegurada pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), no caso do programa de 50 milhões de Euros, pela Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e pelo Banco BPI, no caso do programa de 30 milhões de euros e pela Caixa Económica Montepio Geral no caso do programa de 15 milhões de euros.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 1,94%.

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimo Obrigacionista, ambos por subscrição particular, nos montante de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambas empréstimos vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissões foram organizada s e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa - Banco de Investimento, Será requerida a admissão à negociação destas duas emissões obrigacionistas ao mercado da Euronext Lisbon.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2010					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	180.000.000	-	40.000.000
Juros	4.867.600	4.880.936	4.441.462	1.178.800	865.530
Papel comercial					
Amortização	-	-	100.500.000	-	-
Juros	1.032.625	1.035.454	84.873	-	-
	5.900.225	5.916.390	285.026.335	1.178.800	40.865.530
2009					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	-	150.000.000	-
Juros	3.486.000	3.486.000	3.495.551	1.633.167	-
Papel comercial					
Amortização	-	113.000.000	-	150.000.000	-
Juros	3.258.770	1.888.927	1.775.850	145.960	-
	6.744.770	118.374.927	5.271.401	301.779.127	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser inferior a 1 ano, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, pelo que o Conselho de Administração da Empresa registou tal passivo no médio e longo prazo.

À data de 30 de Junho de 2010 e 2009, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2010					
Papel comercial	150.000.000	100.500.000	49.500.000		x
Papel comercial	100.000.000	-	100.000.000	x	
Papel comercial	50.000.000	21.450.000	28.550.000	x	
Papel comercial	30.000.000	5.000.000	25.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	15.000.000	-	15.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	594.000.000	346.950.000	247.050.000		
2009					
Papel comercial	150.000.000	150.000.000	-		x
Papel comercial	100.000.000	80.000.000	20.000.000		x
Papel comercial	70.000.000	33.000.000	37.000.000		x
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Conta caucionada	15.000.000	8.435.000	6.565.000	x	
	485.000.000	421.435.000	63.565.000		

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste swap de taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste Swap de taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 481.174 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o referido instrumento financeiro derivado atingiu a respectiva maturidade. Desta forma, a 30 de Junho de 2010 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos, em 30 de Junho de 2010 e 2009, no montante de 94.270.582 Euros e 86.045.928 Euros, respectivamente, era composta como segue:

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2010	2009
Aplicações de tesouraria	-	-	-	67.791.182	77.610.928
Papel comercial	50.000.000	Mai 11	-	21.450.000	-
Papel comercial	30.000.000	Abr 11	-	5.000.000	-
Juros corridos e não vencidos				29.400	-
				26.479.400	-
Contas caucionadas -CGD	-	-	-	-	8.435.000
				94.270.582	86.045.928

Durante os períodos findos em 30 Junho 2010 e 2009, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2010	2009
Optimus	55.828.107	71.305.743
Digitmarket	4.672.074	3.460.982
Be Towering	4.465.454	1.370.201
Miauger	1.422.751	811.382
Mainroad	1.291.654	568.153
Saphety	80.279	1.006
Sonae Telecom	30.061	47.109
Sonae com SI	351	41.594
Wedo Consulting	298	-
Público	85	4.758
Lugares Virtuais	68	-
	67.791.182	77.610.928

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado.

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 0,37% e 1,45%, respectivamente.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	Saldo final
2010						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 15)	46.609.902	-	-	-	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 5, 6 e 15)	24.254.422	4.133.677	-	-	-	28.388.099
Provisões para outros riscos e encargos	41.634	11.139	-	-	-	52.773
	70.907.888	4.144.816	-	-	-	75.052.704
2009						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	2.006	14	-	-	(90)	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 15)	45.977.902	632.000	-	-	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 5, 6 e 15)	15.335.423	6.868.000	-	-	-	22.203.423
Provisões para outros riscos e encargos	57.265	457.369	-	-	-	514.634
	61.372.596	7.957.383	-	-	(90)	69.329.889

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros activos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo" (Nota 15).

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 11.139 Euros e 7.369 Euros, respectivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício'. Desta forma, em 2009, o montante de reforço registado na demonstração de resultados, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade', ascende a 450.014 Euros.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

14. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Trabalhos especializados	960.191	931.065
Rendas e alugueres	195.494	198.925
Honorários	169.666	164.060
Deslocações e estadas	79.625	91.509
Outros fornecimentos e serviços externos	147.747	213.160
	1.552.723	1.598.719

15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(4.133.677)	(7.500.000)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	10.500.000	3.480.000
	6.366.323	(4.020.000)
Outros custos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	(1.399.967)	(3.447.320)
Outros empréstimos	(2.195.615)	(3.794.086)
Descobertos bancários e outros	(21.097)	(30.946)
	(3.616.679)	(7.272.352)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.231)	(262)
Outros custos financeiros	(74.962)	(46.632)
	(78.193)	(46.894)
	(3.694.872)	(7.319.246)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	4.898.138	5.573.771
Diferenças de câmbio favoráveis	65	-
	4.898.203	5.573.771

Em 30 de Junho de 2010, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Sonae Telecom. Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica respeitava a dividendos recebidos das filiais Sonae com SI e Sonae Telecom.

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

16. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Saldos a 30 de Junho 2010				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Optimus	362.414	292.413	-	3.768.423	(55.828.107)
Sonaecom BV	794.377	-	-	260.569	213.668.000
Be Artis	1.672.414	802	-	547.759	258.345.000
Sonaetelecom BV	87.020	-	-	21.112	17.741.000
Be Towering	29.588	-	-	7.382	(4.465.454)
Lugares Virtuais	7.779	-	245.000	(158.657)	1.529.932
Público	5.124	-	220.000	57.996	(85)
Digitmarket	1.744	1.505	-	(812)	(4.672.074)
Wedo	55.659	-	1.530.000	546.705	1.489.702
Sonae com SI	36.539	9.895	-	21.992	16.799.649
Outros	32.907	277.486	-	88.397	(2.824.745)
	3.085.565	582.101	1.995.000	5.160.866	441.782.818

	Saldos a 30 de Junho de 2009				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Optimus	559.026	95.562	988.000	5.516.735	(71.305.743)
Sonaecom BV	80.766.357	-	-	218.566	130.197.000
Be Artis	1.541.447	589	-	727.448	325.170.000
Sonaetelecom BV	156.683	-	-	45.500	28.246.000
Be Towering	21.207	-	-	840.276	(1.370.201)
Lugares Virtuais	4.365	-	1.050.000	(87.392)	900.000
Público	9.974	-	1.070.000	5.583	(4.758)
Digitmarket	3.172	1.505	-	(2.065)	(3.460.982)
Wedo	61.743	-	9.658.000	599.343	-
Sonae com SI	5.355	4.836	-	(189.221)	58.406
Outros	25.807	48.731	-	(158.585)	(1.427.652)
	83.155.136	151.223	12.766.000	7.516.188	407.002.070

	Transações no período findo em 30 de Junho de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	2.886.685	554.968	(98.500)	2.285
Be Artis	142.162	(53.552)	2.839.720	(42)
Be Towering	32.256	(31.799)	(4.559)	-
Wedo	78.528	-	140.324	-
Sonaecom BV	-	-	1.531.012	-
Sonae SGPS	-	-	269.428	-
Outros	102.018	204.358	294.101	(82.326)
	3.241.649	673.975	4.971.526	(80.083)

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

	Transacções no período findo em 30 de Junho de 2009			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	3.225.829	(760.865)	38.025	-
Be Artis	156.671	1.505	3.095.225	(42)
Wedo	92.206	-	130.264	-
Sonae SGPS	-	200.568	(2.739)	(5.220)
Sonaecom BV	-	-	1.711.881	-
Be Towering	30.028	(83.347)	(54.213)	-
Outros	93.262	57.505	282.245	(515)
	3.597.996	(584.634)	5.200.688	(5.777)

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

17. Responsabilidades por garantias prestadas e fianças

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2010	2009
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	8.115.243	8.098.449
		8.115.243	8.098.449

Adicionalmente a esta garantia, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso, a Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.830.506 euros e, a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 6.935.848 euros

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

18. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (6.757.599 Euros em 2010 e 6.007.066 Euros negativos em 2009) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 deduzidas das acções próprias (358.252.280 em 2010 e 359.969.394 em 2009).

19. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Período de Diferimento Data de vencimento	30 Junho 2010	
				Número agregado de participantes	Número de opções/acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	19	188.386
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	18	395.553
Plano 2009	1,685	10-Mar-10	08-Mar-13	18	283.307
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	3	164.685
Plano 2008	0,526	10-Mar-09	09-Mar-12	3	342.364
Plano 2009	0,761	10-Mar-10	08-Mar-13	3	265.824

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de

12.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais (continuação)

Em 30 Junho 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2009				
Ainda diferidas	58	817.507	11	711.330
Total	58	817.507	11	711.330
Movimentos no ano				
Atribuídas	18	283.307	3	255.151
Vencidas	(19)	(97.731)	(3)	(95.019)
Canceladas/Extintas/Corrigidas*	(2)	(135.837)	(2)	(98.589)
Saldo a 30.06.2010				
Ainda diferidas	55	867.246	9	772.873
Total	55	867.246	9	772.873

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2010, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção dos planos atribuídos em 2009 e 2010, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 377.407 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado, com excepção do plano atribuído em 2010, que não está coberto e cuja responsabilidade é calculada com base na cotação à data de balanço. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', no valor de 433.401 Euros.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de Junho de 2010, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3.935.581
Custos reconhecidos no período	459.696
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(3.144.406)
Custos de planos exercidos no período	(440.063)
	810.808
Registados em Outros passivos correntes	132.059
Registados em Outros passivos não correntes	301.342
Registados em Reservas	377.407

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Julho de 2010.

Anexo

A 30 de Junho de 2010, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência

Álvaro Carmona e Costa Portela Álvaro Cuervo Garcia Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares Ana Paula Garrido Pina Marques Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier António de Sampaio e Mello Artur Carlos Gomes Loureiro Belmiro de Azevedo David Hobley David Graham Shenton Bain David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves Duarte Paulo Teixeira de Azevedo Franck Emmanuel Dangeard	Gervais Pellissier Jean François Pontal José Manuel Pinto Correia Luís Filipe Palmeira Lampreia Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes Maria Cláudia Teixeira de Azevedo Michel Marie Bon Miguel Nuno Santos Almeida Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão Nuno Miguel Teixeira Azevedo Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro Rui José Silva Goncalves Paiva
---	--

Empresas do Grupo Sonaecom

Be Artis – Concepção ,Construção e Gestão Redes Comunicações, S.A. Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. Cape Technologies Americas, Inc Cape Technologies Limited Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. Lugar Virtuais, S.A. M3G – Edições Digitais, S.A. Mainroad – Serviços Tec. Informação, S.A. Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A. Permar – Sociedade de Construções, S.A. Praesidium Services Limited Público – Comunicação Social, S.A. Saphety Level – Trusted Services, S.A. Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. Sonaecom, S.G.P.S., S.A. Sonaecom – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A. Optimus – Comunicações, S.A.	Sonaecom BV Sonaecom BV Sonaecom, S.G.P.S., S.A. Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L. Tecnológica Telecomunicações LTDA. Unipress – Centro Gráfico, Lda WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A. WeDo Poland Sp. Z.o.o. WeDo Technologies Egypt a Limited Liability Company WeDo Technologies Mexico, s de R.L. de C.V. WeDo Technologies BV WeDo Technologies Australia PTY Limited WeDo Technologies (UK) Limited WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia WeDo Technologies Chile SpA. We Do Technologies Panamá S.A. We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
---	---

Anexo (continuação)

Empresas Grupo Sonae / Efanor

3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beeskow Holzwerkstoffe
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Beralands BV
Adlands B.V.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aegean Park, S.A.	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aglom Investimentos, Sggs, S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boulanger España, SL
Airone – Shopping Center, Srl	Box Lines Navegação, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Campo Limpo, Lda
ALEXA Administration GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
Arat inmebles, S.A.	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.

Anexo (continuação)

Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Fashion Division, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Cinclus Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Clérigosshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Friengineering International Ltda
Colombo Towers Holding, BV	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	GHP Gmbh
Cooper Gay (Holding) Limited	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Coral – Correctores de Seguros, SA	Global S – Hipermercado, Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S	Glunz Uka Gmbh
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo II	HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
Edições Book.it, S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imobiliária da Cacula, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic, Lteé	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Farmácia Selecção, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.

Anexo (continuação)

Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MC Property Management S.A.
Imosona e II	MC SGPS, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MDS Consultores, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Infocfield – Informática, S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Megantic BV
Inparvi SGPS, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Integrum – Serviços Partilhados, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Interclean, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Invsauade – Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A.	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç	Modelo Continente, SGPS, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
JUUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.	Modelo Hipermercados Trading, S.A.
KLC Holdings XII S.A.	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
La Farga – Shopping Center, SL	Monselice Centre Srl
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Libra Serviços, Lda.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lima Retail Park, S.A.	Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T, Ld
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	OSB Deustchland GmbH
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Pareuro, BV
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marina de Tróia S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.

Anexo (continuação)

Parque Principado SL	Proj.Sierra Portugal VII – C. Comerc., S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project 4, Srl
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project SC 1 BV
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project SC 2 BV
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 1 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 10 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 2 B.V.
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 3 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 4 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 6 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra 7 BV
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra 8 BV
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra 9 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Charagonis 1 S.A.
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Italy 5 Srl
Ploi Mall BV	Project Sierra One Srl
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Spain 1 B.V.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Poliface North America	Project Sierra Spain 2 B.V.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Spain 5 BV
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Pridelease Investments, Ltd	Project Sierra Three Srl
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Project Sierra Two Srl
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	PublIMEIOS – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Portugal IV – C.Comerc., S.A.	River Plaza Mall, Srl
Proj.Sierra Portugal V – C.Comercial, S.A.	Rochester Real Estate, Limited

Anexo (continuação)

RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra GP Limited
S. C. Setler Mina Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC Aegean B.V.	Sierra Italy Holding B.V.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Management Germany GmbH
SCS Beheer, BV	Sierra Management Hellas S.A.
Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.	Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A.
Selfrio,SGPS, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sierra Management, SGPS, S.A.
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Sierra Portugal Fund, Sarl
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	Sierra Property Management, Srl
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Shopping Centre Colombo Holding, BV	Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SKK – Central de Distr., S.A.
Shopping Penha B.V.	SKK SRL
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
SIAL Participações Ltda	SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
Sierra Berlin Holding BV	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Brazil 1 B.V.	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sierra Central S.A.S	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Soconstrução BV
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Sodesa, S.A.
Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.	Soflorin, BV
Sierra Corporate Services Holland, BV	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.	Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sierra Developments Holding B.V.	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Services Srl	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Centre II S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Financial Participations BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.

Anexo (continuação)

<p>Sonae Indústria – SGPS, S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos, S.A. Sonae Investments, BV Sonae Novobord (PTY) Ltd Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo – SGPS, S.A. Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A. Sonae UK, Ltd. Sonaecenter Serviços, S.A. Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos Sondis Imobiliária, S.A. Sontaria – Empreend.Imobiliários, S.A. Sontel BV Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products, Ltd SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl Spinveste – Gestão Imobiliária SGI, S.A. Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A. Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A. SRP Development, SA SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. Tableros Tradema, S.L. Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL Tafibras Participações, S.A. Tafisa – Tableros de Fibras, S.A. Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa France, S.A. Tafisa UK, Ltd Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS</p>	<p>Tavapan, S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente, S.A. Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda Textil do Marco, S.A. Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A. Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool GmbH Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A. Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market – Supermercados, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vuelta Omega, S.L. WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten España, S.A. Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.</p>
---	--

Empresas do Grupo FT

France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.
----------------------	-----------------------------

13. Relatório de Revisão Limitada



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada e individual do semestre findo em 30 de Junho de 2010, da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”) incluída: no Relatório de Gestão, nos Balanços Consolidado e Individual (que evidenciam um activo total de 1.820.504.067 Euros e 1.563.463.699 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 953.510.040 Euros e 1.147.408.208 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 19.633.595 Euros e um resultado líquido individual de 6.757.599 Euros), nas Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados por Naturezas e do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira consolidada e individual adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas, no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada e individual que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseada no nosso trabalho.

Página 2 de 2

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral consolidada e individual.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada e individual do semestre findo em 30 de Junho de 2010 referida no parágrafo 1 acima da SONAECOM, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos do relato financeiro intercalar (IAS 34) e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 28 de Julho de 2010



Deloitte & Associados, SROC, S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projecta", "pretende", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores

Isabel Borgas
Responsável pelas Relações Públicas
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva
Responsável pelas Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.

Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo "SNC.LS" e na Bloomberg através do símbolo "SNC:PL".

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 - 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal